

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MARCIO RIGUETTE

**ATRASSO E MODERNIDADE NA LITERATURA DE
MONTEIRO LOBATO**

Uberlândia
2016

MARCIO RIGUETTE

**ATRASSO E MODERNIDADE NA LITERATURA DE
MONTEIRO LOBATO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl

Uberlândia
2016

2016 Riguetto, Marcio.

Atraso e modernidade na literatura de Monteiro Lobato. / Marcio Riguetto.
Uberlândia, 2016. (78 folhas)

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl

Monografia (graduação) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de
História.

Referências: (1-78).

1. Lobato. 2. República. 3. Eugenia. I. Título.

2016

ATRASSO E MODERNIDADE NA LITERATURA DE MONTEIRO LOBATO

MARCIO RIGUETTE

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl

Profª. Dra. Carla Miucci Ferraresi de Barros

Profª. Dra. Mara Regina do Nascimento

DEDICATÓRIA

Gostaria de dedicar esta monografia aos meus filhos Maykhow Riguetto e Matheus Riguetto. Foram eles que me incentivaram a concluir este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador final, professor Doutor Marcelo Lapuente Mahl, por ter aceitado ser o orientador deste trabalho na última hora. Pelas suas sugestões, e por ter acreditado que eu seria capaz de finalizar este projeto e que por isso terá sempre meu eterno agradecimento.

Aos professores Doutor Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior e Doutora Josiane Francia Cerasoli, pois, a partir de suas aulas nasceu a ideia para este projeto.

À professora Doutora Carla Miucci Ferraresi de Barros por todas as disciplinas optativas em que tive o prazer de ser seu aluno.

Agradeço enormemente também por ter aprendido um pouco mais sobre cinema e filmes durante suas aulas.

À professora Doutora Mara Regina do Nascimento pelas palavras de incentivo dadas a mim no início da graduação que para mim foi extremamente importante durante o restante do curso.

Ao professor Doutor André Fabiano Voigt por ter me propiciado conhecer um pouco mais sobre a História Africana pelos livros dos historiadores Elikia M'Bokolo e Joseph Ki-Zerbo.

Enfim, a todos os meus professores da graduação que de muitas formas colaboraram para que eu concluísse o curso de história na Universidade Federal de Uberlândia.

“Qualidade vale mais que quantidade. Os brancos entraram a primar em qualidade, enquanto os negros persistiam em avultar em quantidade”.

Monteiro Lobato.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o período conhecido por Primeira República, sob a ótica da literatura de Monteiro Lobato. Este trabalho usa como fonte de pesquisa alguns contos, e capítulos, dos livros “Cidades Mortas”, “Urupês” “América” e todo livro “O Presidente Negro”. Esta monografia também tem por objetivo analisar os principais aspectos ligados aos temas: Biografia de Monteiro Lobato, coronelismo e eleições, crise econômica e cafeicultura, eugenismo e branqueamento racial brasileiro. Através da literatura de Monteiro Lobato busca-se apontar o que ele observava de atraso nesta república e a solução apontado por ele para que esta república alcançasse o progresso e a modernidade. Esta monografia também tem o objetivo de mostrar que Monteiro Lobato era um homem preocupado com o futuro do Brasil e desta forma usava sua literatura como veículo de divulgação de suas ideias. Outro objetivo é mostrar que Monteiro Lobato buscava transformar, ou modernizar, de alguma forma o meio que ele vivia e considerava atrasado. Assim o promotor de justiça Lobato busca combater as injustiças do coronelismo, o fazendeiro busca modernizar sua fazenda diversificando suas plantações para fugir da crise do café e o escritor busca divulgar o eugenismo para resolver os problemas sanitários do Jeca Tatu.

Palavras-Chave: Lobato, Coronelismo, Eleições, Cafeicultura, Eugenismo

ABSTRACT

This study aims to analyze the period known as the First Republic, from the perspective of Monteiro Lobato literature. This paper uses as a source of research some short stories, and chapters of books "Cidades Mortas", "Urupês" "America" and the whole book "O presidente negro". This monograph also aims to analyze the main aspects related to topics: Monteiro Lobato Biography, colonels and elections, economic crisis and coffee, eugenics and racial Brazilian bleaching. By Monteiro Lobato literature seeks to point out what he observed delay in the republic and the solution pointed out by him for this republic reached progress and modernity. This monograph also aims to show that Monteiro Lobato was a man concerned about the future of Brazil and thus used his literature as a vehicle for spreading ideas you wear. Another objective is to show that Monteiro Lobato sought to transform or modernize somehow the medium that he lived and considered late. So the prosecutor Lobato seeks to combat the coronelismo injustices, the farmer seeks to modernize his farm diversifying their crops to escape the coffee crisis, and the writer intends to promote eugenics for solve health problems of Jeca Tatu.

Keywords: Lobato, Coronelismo, Elections, Coffee Culture, Eugenics

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	OBJETIVOS	11
3	FONTES.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.13
4	JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA.....	15
5	BIOGRAFIA DE MONTEIRO LOBATO.....	28
5.1	Promotor de Justiça.....	31
5.2	Fazendeiro.....	32
5.3	Escritor.....	33
6	MONTEIRO LOBATO E AS ELEIÇÕES.....	38
6.1	O coronelismo nas eleições	39
6.2	O voto de cabresto	44
6.3	O voto secreto como solução para a República	48
7	MONTEIRO LOBATO E A CRISE DO CAFÉ NO BRASIL	51
7.1	O café como única fonte de renda dos fazendeiros	53
7.2	A crise econômica do café e a decadência das cidades	55
7.3	A policultura como alternativa econômica	56
8	MONTEIRO LOBATO E A EUGENIA.....	58
8.1	A eugenia no mundo.....	59
8.2	A eugenia no Brasil	61
8.3	A eugenia para curar um país de “Jecas Tatus”	63
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
10	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia trata sobre A Primeira República, demarcada temporalmente entre os anos de 1889-1930, por meio da literatura de Monteiro Lobato referente ao período histórico mencionado.

O intervalo temporal supracitado é, certamente, resultado de esforço historiográfico, mas também é correspondente ao término do Império e à proclamação da República em sua inauguração, indo até a chamada “Revolução” de 1930 que foi seu encerramento. O movimento encabeçado por Getúlio Vargas é considerado legítimo por alguns, daí a nomenclatura “Revolução” que também é discutível por outros, por tratar-se sob outro ponto de vista de um golpe de estado, porém não é o objetivo deste trabalho.

Nesse sentido, voltando os olhares sobre a Primeira República, cabe aqui, primeiramente, esclarecer o posicionamento quanto à escolha pela expressão em detrimento da “República Velha”. Entende-se que esta gera um efeito ou uma tentativa de se afastar da República contemporânea, como se atualmente o Brasil estivesse rompido com uma série de elementos, problemáticos, atinentes ao período entre 1889-1930; enfim, como se houvesse uma “República Nova”. A expressão Primeira República, por sua vez, parece ser, ao menos, mera menção à colocação temporal do referido período instituído no Brasil após o fim da monarquia.

A escolha por produzir esta monografia sobre a literatura de Monteiro Lobato aconteceu por dois motivos, durante as aulas de “Brasil II” fiquei muito interessado quando o professor Wenceslau Gonçalves disse que as imigrações após o término da escravatura haviam sido feitas propositalmente para melhorar geneticamente o povo brasileiro, e que Monteiro Lobato também discutia a questão do “branqueamento brasileiro”. Em outra ocasião, durante as aulas da disciplina de “Brasil III” ministrada pela professora Josianne Francia Cerasoli foi proposto um trabalho em que o aluno teria que escolher um livro escrito por um autor famoso durante a primeira república. O livro essencialmente deveria conter uma solução, proposta pelo autor, para que o Brasil se tornasse moderno. Escolhi o livro “O Presidente Negro” de Monteiro Lobato em que autor propunha a eugenia como solução para uma população apontada por ele como doente e malformada no físico e no psicológico.

Depois disso passei a ler outros livros de Monteiro Lobato, e descobri que a eugenia era apenas uma das soluções que ele apontava para o Brasil, pois, sob o seu ponto de vista, vivia em um país muito atrasado e que precisava se desenvolver.

A literatura produzida por Monteiro Lobato neste período, pode ser uma maneira de enxergar a Primeira República com outros significados por ser uma opinião de quem viveu e escreveu sobre esse período. Assim, o assunto se torna de conteúdo histórico, que deve ser estudado e levado às gerações contemporâneas.

2 OBJETIVOS

Posto isso, o presente trabalho é conduzido sob o objetivo geral de estudar o Brasil da Primeira República através das obras pertinentes ao assunto produzidas por Monteiro Lobato. Cumpre observar que o primeiro período republicano brasileiro permite ser pensado em vários aspectos. Diante disso surge a necessidade de selecionar alguns temas.

Dentro do objetivo supramencionado, é possível apontar algumas especificidades almeçadas neste estudo, como compreender a relação entre a literatura produzida por Monteiro Lobato e o contexto histórico da Primeira República, vivenciado pelo autor, e refletir sobre os elementos políticos, econômicos e sociais que permeiam o referido período através das obras de Monteiro Lobato, especialmente a respeito do coronelismo, das eleições, da economia essencialmente cafeeira e da eugenia.

Nesse sentido, esta monografia, especialmente do ponto de vista metodológico, consiste em refletir e exercitar a pesquisa histórica sobre a Primeira República utilizando como fontes as obras literárias de Monteiro Lobato.

A literatura, os textos literários e os temas por ela abordados, são objetos de grande relevância para a pesquisa histórica. A literatura não pode ser descartada como fonte documental, por ela não ser considerada uma ciência como propunha a escola metódica de Ranke¹. Pela literatura o pesquisador pode compreender as manifestações políticas, sociais e ideológicas que compõem determinado período histórico.

Não se pode afirmar que a literatura seja simplesmente uma reflexão estética do autor sobre um tema que proporcione somente prazer ao seu leitor. A literatura pode ser uma arma política, divulgadora de ideologias, protestos e denúncias para compreensão e reflexão da realidade. O autor Pierre Bourdieu (1996) destaca este caráter da literatura: “*Não é mais possível estar no mundo sem a ajuda dos livros; na literatura, a essência revela-se de uma só vez, e dada com sua verdade, na sua verdade, como a própria verdade do ser que se desvenda*”². Podemos observar que a literatura pode estar relacionada ao momento em que ela é produzida,

¹ RANKE, Leopold Von. **História**. Organização de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Ática, 1979.

² BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 11.

com enredos compostos com algum intuito e objetivo daqueles que o fazem para passar uma mensagem temporal para o público.

Nicolau Sevcenko é outro autor que afirma como a literatura pode ser muito relevante para que se compreenda um determinado período histórico. Partindo da análise das obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto ele busca entender como foi a transição entre o Império e a República através da literatura de dois autores que usavam a escrita como meio de comunicação para chamar a atenção dos leitores sobre os problemas existentes no período. Nicolau Sevcenko assinala que literatura é o campo de maior clareza para entender os acontecimentos e as transformações sociais, políticas e econômicas:

As décadas em torno da transição dos séculos XIX e XX assinalaram mudanças drásticas em todos os setores da vida brasileira. Mudanças que foram registradas pela literatura, mas, sobretudo mudanças que se transformaram em literatura. Os fenômenos históricos se reproduziram no campo das letras, insinuando modos originais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir. Por outro lado, os valores éticos e sociais mudaram tanto no nível das instituições e dos comportamentos como no plano das peças literárias. Os textos artísticos se tornaram, aliás, termômetros admiráveis dessa mudança de mentalidade e sensibilidade (SEVCENKO, 2003, p.237).

Ademais, elencando a literatura de Monteiro Lobato como fonte de estudo, é possível refletir sobre temas relevantes nas demais pesquisas, subsidiadas por outras fontes, e nos debates atuais, que, apesar da distância temporal com o Brasil da Primeira República, ainda versam e questionam sobre práticas políticas, econômicas e sociais semelhantes às eleições, do coronelismo, do latifúndio, da monocultura e do preconceito do referido período histórico.

3 FONTES

Considerando que o estudo da Primeira República no Brasil permite levantar uma série de temas e problemas, a produção literária de Monteiro Lobato, ainda que restrita ao período histórico em questão seja ampla, surge a necessidade de selecionar algumas obras pertinentes ao presente trabalho.

Desse modo, levando em conta a preocupação em se pensar sobre o coronelismo, as eleições, a economia cafeeira e a eugenia presentes na Primeira República, optou-se por direcionar a pesquisa sobre quatro obras lobatianas, quais sejam: *Urupês*, *Cidades Mortas*, *América* e *O Presidente Negro*.

Observa-se que, inclusive, estes livros são em sua maioria, coletâneas de contos escritos por Lobato ainda em seu tempo de estudante, quando colaborava para jornais do interior do estado de São Paulo, entre eles o “Minarete” e “n’O povo de Caçapava”³.

Urupê foi publicado em 1918, tratando-se de uma série de contos, 14 no total, em que se destaca o olhar de Monteiro Lobato sobre a vida cotidiana do caboclo, seus costumes, suas tradições. Em especial, no conto “Urupês”, o último do livro, que carrega o mesmo nome, Lobato apresenta Jeca Tatu, figura caricata do caboclo brasileiro. Outro conto interessante é o “Suplício Moderno”, em que o autor, de certa maneira, denuncia os problemas da sociedade, especificamente aquela circunscrita na zona rural do estado de São Paulo.

Em *Cidades Mortas*, obra lançada em 1919 e que abarca 30 contos, Monteiro Lobato também descreve a decadência da zona rural e suas consequências dentro do perímetro urbano ao versar sobre a crise do café no Vale do Paraíba.

Por sua vez, *América* escrita entre anos de 1927-1930, quando Lobato morou em Nova Iorque exercendo o cargo de adido comercial no consulado brasileiro desta cidade, mas que foi publicada em 1932 e dividida em 36 capítulos; versa sobre o desenvolvimento da economia e da tecnologia nos Estados Unidos. Vale enfatizar que o livro foi influenciado pelo tempo que Monteiro Lobato viveu no referido país, experiência que lhe fez refletir sobre as possíveis soluções para o subdesenvolvimento do Brasil.

³ LOBATO, José Bento Renato Monteiro. **Cidades Mortas**. São Paulo: Brasiliense, 1951.

O Presidente Negro se trata de um romance de ficção científica de Monteiro Lobato. Publicada em 1926, a obra versa sobre a personagem Ayrton, que ao se acidentar de carro é levado à casa do professor Benson onde com a ajuda da filha deste, Miss Jane, entra em contato com o “porviroscópio”, uma máquina de previsão do futuro. Por meio da invenção, Ayrton consegue visualizar as eleições presidenciais nos Estados Unidos da América, no ano de 2228, marcada pela disputa entre três candidatos representantes: Kerlog, apoiado pelos brancos; Evelyn Astor, também com base eleitoral entre os brancos e representatividade entre as feministas; e Jim Roy, representante dos negros; sendo este o último eleito. A ficção trata como o eleitorado derrotado no pleito, planejou e agiu para mudar o resultado das eleições.

4 JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA

A possibilidade de pesquisa histórica com base na obra de Monteiro Lobato encontra fundamento na renovação historiográfica, quando foi ampliada a noção de fonte de investigação. Esta proposta já era debatida no século XIX pela Escola Metódica Francesa, dos autores Langlois e Segnobia, que citavam a utilização destas fontes em *Introdução aos estudos históricos*:

Já houve quem se utilizasse de obras literárias, poemas épicos, romances e peças de teatro, para esclarecer períodos e fatos de documentação minguada, assim procedendo, também em relação á antiguidade e à determinação de usos da vida privada. O processo não é ilegítimo, desde que se subordine a várias restrições, que, infelizmente, estamos sempre sujeitos a esquecer (LANGLOIS; SEGNOBOS, 1946, p.136).

O historiador Cesar Augusto Barcelos Guazelli legitima o uso da ficção em seu texto, *Legitimidade e utilidade da História: canções, moinhos e outras coisas*. O autor afirma não se opor aos ficcionistas e lembra que o próprio Engels alguma vez escreveu que aprendera mais sobre a sociedade burguesa nos romances de Balzac⁴. Para Guazelli, o escritor literário tem capacidade de promover transformações sociais em seu meio, desde que tenha talento suficiente para tornar sua obra referência para análise no campo historiográfico.

No entanto, a utilização de manifestações artísticas e literárias foi uma proposta principalmente trazida pela Escola dos Anales, corrente historiográfica francesa fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre.

No livro *Apologia da História ou Ofício do Historiador*, escrito por Marc Bloch, fica evidente que a pesquisa histórica não pode se concentrar em um único tipo de documento. O historiador também pode promover o diálogo com outras ciências e fontes, entre elas a literatura.

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é

⁴ GUAZZELLI, César. Legitimidade e utilidade da história: canções, moinhos e outras coisas. In: GUAZZELLI, Cesar et al (orgs.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 325-336.

permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza (BLOCH, 2002, p.80).

O estudo da hermenêutica também é importante para o historiador, sendo que o pesquisador, além de escrever sobre os fatos, também deve interpretá-los, como assinalava o historiador Johann Gustav Droysen, o qual inovou em relação às fontes quando apontou que elas poderiam ser muitas, bem como ir além de tratados, documentos escritos e atas. Assim, o autor ampliou a noção de fonte, em contraponto às correntes historiográficas positivistas. Especificamente no campo literário, Droysen cita o que também poderia ser uma fonte documental:

Manifestações de pensamento, de conhecimentos, de atividades do espírito em todos os gêneros (filosóficos, literários, mitológicos, etc.), e também as obras históricas encaradas como produto de sua época (DROYSEN, 2009, p. 46).

Diante dessa preocupação com a hermenêutica, deve-se levar em conta no presente, o trabalho de Lucien Febvre, quando este fala sobre as interpretações do pesquisador e que elas não podem ser feitas com anacronismos. Para o autor, o historiador deve desfazer de seus preconceitos e procurar entender as mentalidades de cada época e situações por ele estudadas. Febvre deixou isto claro ao afirmar que os renascentistas estavam enganados ao definir a Idade Média como a “Idade das Trevas”, porque comparavam os acontecimentos da idade média segundo os seus padrões de conceitos de sua época e cultura.

O historiador Ronald Raminelli, em *Lucien Febvre, no caminho das mentalidades*⁵ dedicou-se a pesquisar como se dava a compreensão de Febvre. Esta obra também elucida como os sujeitos atuam conforme suas mentalidades, que estão relacionadas com seus respectivos tempos e lugares. Nesse sentido, também é útil fugir de possíveis anacronismos sobre as ideias de Monteiro Lobato propostas em seus livros e analisados neste trabalho.

Ademais, de acordo com Bloch, é fundamental que a História dialogue com outras áreas para o entendimento dos fatos ocorridos:

Por maior que seja a variedade de conhecimentos que se queira proporcionar aos pesquisadores mais bem armados, elas encontrarão sempre, e geralmente muito rápido seus limites. Nenhum remédio então senão substituir a multiplicidade de competências em um mesmo homem por uma aliança de

⁵ RAMINELLI, R. Lucien Febvre: no caminho das mentalidades. **Revista História**. São Paulo, n. 122, p. 97-115, jan/jul.1990.

técnicas praticadas por eruditos diferentes, mas todas voltadas para a elucidação de um tema único (BLOCH, 2002, p.81).

Mesmo utilizando vários documentos, a pesquisa histórica não pode desconsiderar as circunstâncias que rodeiam o seu principal objeto de estudo. Uma das propostas teórico-metodológicas é entender que mesmo com a investigação do maior número de fontes, os estudos de um processo histórico nunca chegam a um fim.

Deste modo, analisaremos cada fonte detalhadamente, salvaguardando possíveis vozes escondidas sobre acontecimentos esquecidos por uma investigação superficial da História. O historiador Robert Darnton nos alerta para esta problemática: *“mas duvido que qualquer um de nós chegue às respostas definitivas. As perguntas mudam incessantemente e a História nunca para”* (DARNTON, 1986, p.336).

Assim, de acordo com a proposta do presente trabalho, surge a necessidade de preparo teórico-metodológico sobre a relação entre História e Literatura e de sua relevância. Em uma sociedade em constantes transformações, os conhecimentos históricos são extremamente importantes ou mesmo fundamentais para que o homem possa compreender e atuar no mundo. Com o advento tecnológico que implica um mundo globalizado, as comunidades têm modificado seu jeito de pensar, de se comportar e mesmo de apreender. As informações que chegam cada vez mais rápidas e com a pesquisa historiográfica não pode ser diferente: ela exige um novo olhar, um novo jeito de se fazer História. Nesse sentido, verdade e ficção são conceitos que têm sido repensados, revistos e ampliados, bem como levado os historiadores a buscarem novas formas para desenvolver seu trabalho.

Ademais, a discussão da relação entre História e Literatura se faz necessária para que se possam apontar as possibilidades do uso das obras literárias pelo historiador, em especial os cuidados que se deve ter ao tomá-las como fonte de pesquisa histórica.

No livro, *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*, Ginzburg (2007) afirma que um texto literário se diferencia de uma narrativa histórica quanto ao elemento criador. Enquanto o romancista imagina e cria acontecimentos e personagens, o historiador constrói sua narrativa a partir de provas, vestígios do passado. Porém, cumpre observar que estas provas não refletem a realidade, isto é, não constituem a verdade absoluta.

Tornando essa constatação como pressuposta, Ginzburg busca reconstruir o passado através das representações percebidas nos autores e obras literárias, evidenciando modos de percepção sobre tempo e espaço. De certa maneira, aproxima-se de Peter Gay, quando se pensa

que são as informações contidas nas microesferas (nas particularidades), representadas num texto ou numa obra, que o historiador ou leitores se apropriam do todo (o geral).

No livro *Represálias selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*, Peter Gay (2010), discute como um texto de ficção pode expor as verdades humanas e como um texto realista pode expressar a subjetividade de seu autor, para isso ele assinala as diferenças entre o realismo e o romantismo⁶. Segundo ele, o romantismo não tem a preocupação com o princípio da realidade, diz respeito às obras literárias e produções estéticas que obedecem aos próprios padrões, onde o autor se sente no direito de dar aos seus personagens e cenários características próprias.

O realismo se pauta na verossimilhança, em que os personagens e os cenários para os realistas deveriam parecer reais, tão verdadeiros quanto à vida comum, como se vê na fala do autor: “*os realistas encontravam seu material em circunstâncias essencialmente semelhantes ao estilo de fala e ao modo de vida de seus leitores burgueses*” (GAY, 2010, p. 12).

A respeito da síntese entre essas duas correntes literárias, Peter Gay fala sobre os romancistas realistas do século XX:

Fizeram, por assim dizer, um pacto com o público leitor que os obrigava a permanecer fiéis as verdades sobre os indivíduos e sua sociedade, a inventar apenas pessoas e situações “reais”, em suma, a ser dignos de confiança em suas ficções sobre a vida comum (GAY, 2010, p.12).

Mesmo se leitores e romancistas se reconhecessem na literatura realista, Peter Gay, deixa claro que estes tinham consciência que o realismo não era a realidade, apesar de seus personagens e ambientes serem plausíveis de existência, ou seja, eles não eram reais, apenas poderiam ser. Nessa perspectiva, Peter Gay entende que o romance realista pode subsidiar o historiador com informações sobre determinada época e lugar, mas deixa claro que o realismo literário não pode ser considerado como estudo sociológico ou histórico, pois este é influenciado pelo modo de pensar do autor, diferentemente do sociólogo ou do historiador que tem a preocupação de se ater a fatos e à interpretação racional. No entanto, também compete ao historiador se atentar para o que está por traz das “verdades” dos documentos oficiais, bem como é possível que textos históricos, possam conter informações que não são reais, dependendo do olhar que se lança.

⁶ GAY, Peter. **Represálias selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

Também por isso, Peter Gay considera que o estudo de romances pode ser um caminho em busca de conhecimento, mas que nessas obras não estão evidentes o modo de se extrair verdades das ficções e critica ainda, leitores e historiadores que ignoram essa constatação, pois muitas vezes não se têm certeza de que as informações culturais e sociais expressas nessas obras sejam fidedignas. Ao mesmo tempo afirma que muitos romancistas do século XIX, a maioria realista, podem fornecer dados particulares e confiáveis sobre as particularidades da sociedade desse período. Segundo ele:

O romance realista é tão rico em implicações abrangentes precisamente porque apresenta seus personagens por meio de seus passos através do tempo e do espaço como se fossem pessoas reais crescendo num microcosmo de sua cultura e da história dessa cultura (GAY, 2010, p.18).

Diante disso, Gay alerta para aquele que deseja buscar evidências históricas ou sociais num romance, pois deve conhecer tanto a ficção em questão quanto o autor e a sociedade deste. Entende que o contexto histórico do autor influencia sua obra e afirma ainda que, existam três fontes principais que motivam a escrita de um romance, quais sejam: a sociedade, a arte e a psicologia individual, que imbricadas entre si tornam a criação literária um processo intrincado, refletindo assim o meio social do autor.

Peter Gay ainda critica os escritores realistas que se atém a relatar fatos, costumes e ações de seus personagens. Para ele uma literatura de qualidade exige do autor um maior exercício mental, como o de elaborar o que acontece em sua cultura, ou seja, como ele percebe o seu entorno. Isto não significa que se deva fazer uma interpretação da realidade psíquica de seus personagens, pois se pode cair no reducionismo, quando se permite aos leitores deduzir seus pensamentos através de suas ações. Para ele, os novos realistas como Joyce, Proust e Virginia Woolf vão além da superfície do comportamento.

Segundo Gay, Virgínia Woolf por exemplo, é a romancista que atacou com “mais lucidez” a superficialidade que os velhos realistas emprestavam a seus personagens. Ele cita o ensaio em que Mr. Bennett afirma que a função precípua do romance é a análise do caráter dos personagens e não "pregar doutrinas, cantar canções ou celebrar as glórias do Império Britânico", e que Woolf concorda plenamente.

Desse modo, para um exame da presença da realidade na ficção, é preciso reconhecer a existência de um mundo real, não se fixando aos ideais filosóficos, que concebem esse mundo como algo inventado ou criado pela mente, ou seja, que negam a existência desse mundo real.

Peter Gay, ao discutir a relação Literatura e História, analisa em profundidade e lança mão de obras como: *Casa Sombria*, de Charles Dickens; *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert; e *Os Buddenbrooks*, de Thomas Mann.

Para ele, Dickens, em *Casa Sombria*, não era um historiador, apenas um romancista que deixava transparecer as suas reações pessoais diante das injustiças sociais de seu tempo. Também percebe o ataque de Flaubert à burguesia provinciana, ao criar e desenvolver personagens como Madame Bovary. Além disso, nota em *Os Buddenbrooks* como Mann traça um painel da decadência de uma família aristocrática, revelando seu tom irônico de fazer Literatura.

De acordo com Peter Gay (2010), o realismo não pode ser confundido com neutralidade objetiva no trato dos temas, na medida em que decorrem de questões subjetivas dos autores. Contudo, podem ser usados por historiadores, desde que estes tenham consciência de que as obras literárias não têm a obrigatoriedade de relatar fielmente a realidade social, mas podem fornecer dados que subsidiem as discussões sobre assuntos importantes para a História.

Nesse ponto, Peter Gay se aproxima de Ginzburg, pois segundo ele, o uso da Literatura por um historiador, requer um trabalho árduo para não confundir o que é ficção com o que é realidade. Assim, o historiador deve ser capaz de visualizar o que é verdadeiro, falso e fictício, bem como saber até que ponto é possível se apoiar na Literatura em busca das verdades e das ficções.

Verdade e ficção podem ser tomadas como figuras de conveniência momentânea ou permanente. Os textos literários são tidos como fatos históricos ou como representações da História, já que seus autores sofrem influências do momento histórico ao qual pertencem. Sendo assim, é possível ao historiador se apropriar da fonte literária, como um instrumento para captar o momento histórico ao qual ela está vinculada. Pode-se dizer, que a importância da utilização da Literatura como fonte histórica, está em descobrir os princípios comuns que permeiam as diversas estruturas sociais.

Nesse sentido, o historiador deve ser capaz de propiciar o desenvolvimento do pensamento crítico sobre questões como: Quais são as verdades das ficções? Se em um texto de História, a verdade da verdade (e dos fatos) não está em discussão, o que está? Se a verdade não existe, como chegar próximo a algo da verdade? Se as percepções profundas são acessíveis só aos romancistas, pode-se considerar que os historiadores são insensíveis? Se o realismo dos historiadores é uma ilusão, quer dizer que seu trabalho é uma ilusão? Se a História e a Literatura são ficções, vivemos um presente construído por mentiras e é isso que deixaremos para o futuro

(mentiras)? Se não existe nenhum procedimento infalível, quer dizer que todas as formas de tentar escrever a História estarão sempre erradas? Todas essas questões aparecem no texto de Peter Gray e são críticas suas aos chamados historiadores pós-modernos, entre eles, Hayden White. O que o autor propõe é que Literatura e História não são elementos distantes; ao contrário, o que existe são aproximações que permitem rebater e afirmar exatamente o oposto das questões acima descritas.

Carlo Ginzburg (2007), na “Introdução” de *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*⁷, fala sobre o mito de Teseu, lendário herói grego que matou o Minotauro com a ajuda de um fio, que o guiou pelo labirinto. O autor procura investigar o que liga o verdadeiro ao falso, bem como identificar o que há de verdade na ficção e como a verdade também pode partir de um início ficcional, sem que isso seja absolutamente irreal.

Com relação às disputas entre as narrações de ficção e as narrações históricas pela representação da realidade, o autor propõe que, em vez de uma guerra intelectual entre essas correntes, haja reciprocidade e hibridismo entre ambas, fazendo disto um desafio ao historiador.

Ao citar “O ofício do historiador”, de Marc Bloch, Ginzburg lembra a maior pertinência de se pensar na mentalidade de quem escreve um texto sobre um determinado acontecimento ou período histórico, mesmo que tenha sido inventado. Para Bloch, a narrativa positivista dos acontecimentos não permite uma análise mais profunda da História, uma vez que oculta personagens que podem dar pistas mais relevantes sobre o passado. Ginzburg mostra que nos romances medievais, por exemplo, podemos detectar testemunhos históricos involuntários sobre usos e costumes, encontrando na ficção fragmentos de verdade.

Ginzburg também cita Erich Auerbach, que ao ler textos de Voltaire e Stendhal não os fez como documentos históricos, mas sim como textos entranhados na história. Nessa perspectiva diferente das intenções do autor utilizando os rastros deixados por eles involuntariamente, Ginzburg faz uma importante afirmação: “A ficção alimentada pela história, torna-se matéria de reflexão histórica, ou ficcional, e assim por diante”. Compreende-se por essa afirmação, que os fios da história estão entrelaçados e cabe ao historiador desfazer seus entrelaços, a fim de encontrar os rastros. Tanto o historiador como o poeta “*têm como ofício o que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso, e fictício que é a trama do nosso estar no mundo*”. (GINZBURG, 2010, p.14).

⁷ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

No seu livro supramencionado, no ensaio “Descrição e Citação”, Ginzburg afirma que “palavras como ‘verdade’ ou ‘realidade’ tornaram-se impronunciáveis para alguns, a não ser que sejam enquadradas por aspas”. A partir daí, levanta questões para estabelecer o que é uma verdade histórica, ou como este conceito chegou até a contemporaneidade. Dessa forma, o autor recorre à Grécia Antiga, mais precisamente a Homero, para explicar a diferença entre os conceitos da História do nosso presente e da cultura grega. É interessante como Ginzburg aponta a diferenciação, já naquela época, entre os próprios gregos, sobre seus conceitos de história.

Os gregos faziam uso do termo grego *enargeia* (vividez). A *enargeia*, assim, deveria estar em todas as narrações históricas para tornar, de certa forma, verossímeis os discursos, dando um tom retórico às narrativas. Quanto a esta afirmação é relevante citar o que escreve Ginzburg: “A retórica é a mãe da história”.

Para que houvesse o efeito de verdade, os gregos faziam uso da *ekphrasis* (descrição). Desse modo, escreve Ginzburg, *enargeia* e *ekphraseis* estão entrelaçados, pois: “Se a *enargeia* era o objetivo da *ekphrasis*, a verdade era o efeito da *enargeia*”. Nesse sentido, Ginzburg conclui que, “a diferença entre o nosso conceito de história e o dos antigos se resumiria da seguinte forma: para os gregos e romanos, a verdade histórica era na *evidentia* (o equivalente latino da *enargeia*, proposta por Quintiliano); para nós, nos documentos (em inglês, *evidence*)”. Não obstante, o autor percebe diferenças entre a cultura baseada na oralidade e na gestualidade e a cultura dominada pelos gráficos: enquanto a primeira “queria comunicar a ilusão da presença do passado”; a segunda, por sua vez, “que o passado nos é acessível apenas de modo indireto, mediado”.

Outro autor importante para a reflexão que se propõe Chalhoub, em *A história contada*⁸: *capítulos de história social da literatura no Brasil* reúne artigos sobre Literatura e literatos de pesquisadores que, guiados pela era machadiana, procuram compreender os sentimentos de homens e mulheres em diferentes épocas, assim como o modo de agir destes em seu tempo e em seu espaço.

Assim também, para Bourdieu (2005), em “As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário”⁹, a Literatura e o literato são frutos do meio ao qual pertencem e por esse são

⁸ CHALHOUB, Sidney. "Apresentação" in **A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁹ BOURDIEU, Pierre. "Introdução". **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

influenciados. Concebe ainda a Literatura como fonte histórica, pois nela é possível perceber o modo de vida e o pensamento do escritor e da sociedade a qual pertence.

Ao se apropriar da Literatura como fonte de pesquisa histórica, é considerado por alguns como “profanador” das obras literárias. A despeito disso, Chalhoub afirma:

Diante dos poetas e prosadores do Olimpo, não passamos com o chapéu à mão, curvando-nos respeitosamente. Chapéu à banda, passamos gingando. Por obrigação do ofício, historiadores sociais são profanadores (CHALHOUB, 1998, p.7).

Para ele a Literatura é tida como testemunho histórico e deve ter o mesmo tratamento que registros ou documentos oficiais, como um livro de Atas, por exemplo. Desse modo, refletir historicamente sobre uma obra literária significa refletir racionalmente sobre a mesma e dela extrair elementos que possibilitem a análise do momento e do espaço no qual foi criada.

Cumprir observar que, a análise de uma obra de arte na perspectiva histórica adquire um caráter racional e materialista, mas não reducionista, devido à variabilidade de interpretações que pode vir a adquirir, pois a leitura das obras é interpretativa.

Por sua vez, Bourdieu questiona e ao mesmo tempo critica escritores e leitores literários que consideram sociólogos e historiadores como profanadores da arte, quando estes buscam nas obras literárias elementos que permitam refletir sociologicamente e historicamente.

Para o autor, esses escritores e leitores literários concebem a Literatura como algo que está acima do entendimento racional e que dela não é possível extrair verdades, acreditando ainda que a mesma se trate de uma criação para o deleite tanto do seu criador quanto dos seus leitores e que a posse dela pela ciência possa destruir esse prazer.

Assim, Bourdieu se coloca como o sociólogo que busca na Literatura a construção de “[...], sistemas de relações inteligíveis capazes de explicar os dados sensíveis” (BORDIEU, 2005, p.14), ou seja, a realidade do mundo social no qual a Literatura é produzida. Para o autor, o historiador deve se ater para o que está por traz das verdades dos documentos oficiais, creditados como verdadeiros. Segundo ele, assim como não se pode afirmar que a narrativa de um romance versa sobre fatos reais, não se pode apontar certezas na História. Esta relativização é importante para se inserir a Literatura no campo da pesquisa histórica, pois existe a possibilidade de informações dubitáveis nos textos históricos, bem como é viável encontrar nas obras literárias, dados elementos que representem a época e o contexto social em que foram criadas.

Nesse sentido, Chalhoub diz que é preciso extrair das especificidades de cada testemunho histórico, ficcional ou não, a lógica social impressa na obra, bem como a de seu criador. Para tanto, é necessário que o historiador levante questões tais como: De que literatura está falando? Quais as suas características? Como determinado autor, ou escola, concebe a sua arte? Em outras palavras, para uma análise histórica de um autor ou de uma obra literária específicos, exige-se que estes sejam inseridos em processos históricos determinados, que os dessacralize e que os submeta a interrogatórios.

Considerando que o passado constitui uma rede de ações e relações interdependentes, indeterminada e passível de ser transformada pela atuação dos sujeitos, a análise histórica deve, segundo Chalhoub:

[...] sempre ter em vista que os sujeitos vivem a história como indeterminação, como incerteza, como necessidade cotidiana de intervir para tornar real o devir que lhe interessa. Autores e obras literárias são acontecimentos datados, historicamente condicionados, valem pelo que expressam aos contemporâneos (CHALHOUB, 1998, p.9).

Assim, um autor ou uma obra literária possuem relevância na pesquisa histórica e podem ser explicados quando representam o seu contexto, contudo devem-se relativizar se eles não são proprietários ou detentores da verdade sobre a sua época.

Para o autor, a Literatura é uma criação humana onde o autor demonstra a sua maneira de perceber o mundo, sendo um artista fruto do meio que ele vive sendo um ator social construído historicamente. O autor, não nega a experiência estética de uma obra de arte, mas afirma que essa experiência é produzida no mundo social e que uma obra literária ao ser criada segue regras próprias do campo literário que inspira e condiciona interesses que possibilitam a existência histórica dessa obra. Nesse sentido, é oportuno que o historiador fique atento às estruturas sociais que oferecem suporte às inter-relações postas em jogo na ficção.

Como exemplo de pesquisa histórica pautada em fontes literárias, podemos apontar os estudos em que Chalhoub busca extrair elementos que colaborem na compreensão da produção romancista, à época em que foi criada e também de seus escritores. Para essa análise ele se baseia em pesquisadores como: John Gledson, Jefferson Cano, Lúcia Granja, Silvia Cristina Martins de Souza, Martha Abreu, João Paulo Rodrigues, Margarida de Souza, Ana Paula Palamartchuk entre outros.

Com base em Gledson, o autor afirma que as obras de Machado de Assis demonstram a visão deste sobre os sentidos da história do Brasil e, com fulcro em Jefferson Cano, aponta que Machado era um perspicaz observador da formação da sociedade brasileira.

Historiadores como Lúcia Granja e Melo Moraes, de acordo com Chalhoub, encetam a lista daqueles que estudavam Machado de Assis e nele perceberam a existência de “uma coerência temática e política bastante profunda” em vários dos seus romances. Para estes estudiosos, Machado de Assis reproduzia ao mesmo tempo em que estabelecia comportamentos sociais.

Chalhoub também aponta outros literatos que já faziam isso, como José de Alencar, que, para Silvia Cristina, se preocupava em educar a classe senhorial urbana da corte segundo os costumes europeus. Para Elciene Azevedo, Luiz Gama, por volta de 1859, buscava firmar a identidade do povo africano exaltando em seus versos a tradição africana comum aos negros no Brasil. Diferente de José de Alencar e de Luiz Gama, Mello de Moraes e Filho defende “a ideia de uma convivência harmoniosa entre os brancos e os negros” do Brasil, segundo a visão de Martha Abreu.

Para Martha Abreu e Leonardo Pereira, os literatos da virada do século demonstravam valorizar as tradições ao mesmo tempo em que buscavam lhes dar novos sentidos, na tentativa de construção de uma nacionalidade, sob diversas perspectivas. Com base em João Paulo Rodrigues, Chalhoub afirma que críticos e biógrafos posteriores a 1920 não levaram em consideração os desafios específicos enfrentados por escritores da virada do século ao criarem suas obras. Como consequência disto, construiu uma visão muito particular da sociedade desse período.

No movimento modernista, com Mario de Andrade, por exemplo, Margarida de Souza percebe a preocupação deste em descrever os problemas de seu povo e de sua terra, buscando descobrir o “homem adormecido”.

Observa-se também que os caminhos que levam a constituição de marcos, movimentos e cânones literários, ou seja, o processo de constituição de uma Literatura abordado por João Paulo Rodrigues e Aldrin Figueiredo a partir do movimento modernista após a década de 20 e distante de seu “núcleo definidor”, São Paulo, revela como literatos de outras regiões foram colocados a margem desse movimento, assim como, o que pensavam sobre esse movimento.

Quanto a Jorge Amado, da década de 1930, para Ana Paula Palamartchuk a sua preocupação estava em fazer da literatura um instrumento transformador de cultura.

Assim, pode-se dizer que os artigos presentes em *A História Contada*, refletem os pensamentos dos seus autores sobre História e Literatura, ou seja, sobre a História vista a partir de obras literárias.

A partir desses vários estudos sobre os literatos e suas obras, podemos apontar como papel do historiador, ao se relacionar com as fontes literárias, a fala de Bourdieu:

Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo (BOURDIEU, 1996, p.14).

Portanto, o trabalho do historiador está em desvendar o testemunho histórico presente na Literatura, a fim de compreender historicamente o que está nas entrelinhas das obras literárias.

Uma vez posta a discussão historiográfica e metodológica que serviu de base à presente pesquisa, no sentido de orientar o levantamento das fontes, o tratamento com estas e a escrita deste trabalho, foi possível então partir para o conteúdo, isto é, a parte em que se discute propriamente a primeira república através da literatura lobatiana, em que se optou por apresentar, em primeiro lugar, a “Biografia de Monteiro Lobato”; depois “Monteiro Lobato e as eleições”; em seguida, “Monteiro Lobato e a crise do café no Brasil”; e, posteriormente, “Monteiro Lobato e a eugenia”.

No capítulo “Biografia de Monteiro Lobato”, será realizado o estudo da história de vida do autor, nas suas fases de promotor de justiça, fazendeiro e escritor, no sentido de compreender a relação entre as suas experiências e seus posicionamentos ideológicos.

Já em “Monteiro Lobato e as eleições”, a discussão sobre a Primeira República possui foco político, uma vez que parte da abordagem sobre a relação entre o pleito eleitoral com o coronelismo, tratando de elementos como o voto de cabresto e a fragilidade democrática, bem como a ideia de voto secreto.

Em “Monteiro Lobato e a crise do café no Brasil”, haverá uma abordagem sobre o aspecto econômico da Primeira República, ao se tratar do café como única fonte de renda de fazendeiros latifundiários e da crise cafeeira causadora da decadência das cidades, além das propostas lobatianas de policultura para o desenvolvimento econômico. Finalmente, em “Monteiro Lobato e a eugenia”, será feito um levantamento da eugenia no mundo e no Brasil,

bem como uma análise desse ramo da ciência que Lobato propunha como cura para a personagem de Jeca Tatu, presente na obra “Urupês”.

5 BIOGRAFIA DE MONTEIRO LOBATO

Monteiro Lobato, escritor e editor brasileiro, um dos primeiros escritores nacionais a se aventurar na literatura infantil, tendo na obra “Sítio do Pica-Pau Amarelo” o seu maior representante desta categoria. Suas obras retratam as mazelas sociais, os mandos e desmandos de uma classe dominante, e buscam retratar a realidade brasileira a partir do universo dos vilarejos decadentes e da população do Vale do Paraíba, se caracterizando assim como escritor de cunho nacionalista e social.

Para compreender melhor esse período apontamos alguns fatos que marcaram o período entre 1889-1930, conhecido como Primeira República, período este que tem como uma das principais características políticas o controle das oligarquias agrárias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, oligarquias sustentada pela agricultura cafeeira que dominava a economia e a política do país. Surge também o proletariado, consequência da libertação dos escravos e da chegada do grande número de imigrantes no país¹⁰, mantendo-se as desigualdades sociais ou, mesmo ampliando-as.

No que se refere a arte brasileira, esta também é influenciada por essas mudanças, delineia-se o que convencionalmente se denominou Pré-Modernismo que influenciou a literatura brasileira e se caracterizou pela abordagem dos problemas sociais que afetavam o país neste período, como desigualdade, conflitos, pobreza e exclusão tanto social, quanto política.

O Pré-Modernismo pode ser considerado um período de transição literária, em que alguns escritores tentavam inovar rompendo com o Parnasianismo e o Romantismo característicos da época, entre estes Monteiro Lobato que utilizou a literatura para denunciar as mazelas e os desmandos da classe dominante no país. Portanto para continuidade desta discussão é importante conhecer um pouco mais sobre Monteiro Lobato e, para tanto apresentamos uma breve biografia deste.

Monteiro Lobato, nasceu em 18 de abril de 1882 na cidade de Taubaté, São Paulo, filho de José Bento Marcondes Lobato e de Olímpia Monteiro Lobato. Ao nascer foi registrado como José Renato Monteiro Lobato, mas resolveu mudar de nome para poder usar a bengala que seu

¹⁰ HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934.** Rio de Janeiro: Paz e Terra., 1984.p.69, 70, 71.

pai deixou e passou a se chamar José Bento Monteiro Lobato, antes disso escandalizara a sociedade da época ao se recusar a fazer a primeira comunhão.

Foi alfabetizado por sua mãe e aos treze anos de idade foi estudar em São Paulo no Instituto de Ciências e Letras, preparando-se para a faculdade de Direito. Formou-se bacharel em Direito em 1904 e voltou para Taubaté em 1907, onde assumiu o cargo de Promotor Público em Areias, no Vale do Paraíba. No ano seguinte casa-se com Maria Pureza da Natividade no dia 28 de março, com a qual teve quatro filhos, Marta (1909), Edgar (1910), Guilherme (1912) e Rute (1916). Ao mesmo tempo em que exercia o cargo de promotor, escreveu para vários jornais e revistas, entre eles o jornal “O Estado de S. Paulo”, e a revista “O Minarete” em que era colaborador desde os tempos da faculdade de direito.¹¹

No ano de 1911 muda-se para a Fazenda Buquira, na cidade de Taubaté, herdada de seu avô José Francisco Monteiro, o Visconde de Tremembé, importante fazendeiro, cafeicultor e banqueiro de Taubaté. Em 1914, envia ao jornal “O Estado de São Paulo”, uma polêmica carta intitulada “Uma Velha Praga”, na qual aponta a miséria e a ignorância do caboclo como causa do não desenvolvimento da região, critica ainda a tradicional queimada: “Uma Velha Praga” versava sobre o costume do caboclo de fazer queimadas após as colheitas, Na opinião de Lobato isto era um enorme prejuízo para o já decadente vale do Paraíba por esta ação provocar a esterilidade da terra. Pouco tempo depois publica outro artigo “Urupês”, onde pela primeira vez aparece a figura de “Jeca Tatu”. Monteiro Lobato com a publicação destes artigos consolida-se como crítico social, homem preocupado com o destino de seu país¹².

Em Urupês Lobato expõe o personagem símbolo de sua obra o “*Jeca Tatu: Aquele que vive do que a natureza dá sem gastar energia para alcançar qualquer objetivo na vida*” (AZEVEDO et al., 1997). Em 1917 vende a fazenda e muda-se para Caçapava onde funda a revista Paraíba tendo como colaboradores Coelho Neto, Olavo Bilac, Cassiano Ricardo, entre outros renomados literatos.

Em 1918 adquire a “Revista do Brasil” transformando-a em grande centro cultural dos intelectos paulistanos. A Revista do Brasil segundo relata COHEN (2008) tinha por objetivo: “*Construir um núcleo de propaganda nacionalista*”(p.108) algo que casava bem com as ideias de Lobato avesso a questões de assuntos estrangeiros.

¹¹ ILKA STERN COHEN. Diversificação e segmentação dos impressos. p.108. In: **História da imprensa no Brasil**. Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, (organizadoras) São Paulo: Contexto, 2008

¹²AZEVEDO, Carmem Lúcia de et al. **Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1997, p.58

Seu primeiro livro “Urupês”, uma coleção de contos já publicados antes em jornais e revista é lançado através de sua recente fundada editora Monteiro Lobato & Cia. Lobato, junto com seu sócio Octalles Marcondes Ferreira, transformam a editora em uma grande rede de distribuição de livros através dos correios¹³.

Também funda a Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato, editora que não leva adiante, pouco tempo depois funda a “Companhia Editora Nacional”. Ao mudar-se para o Rio de Janeiro começa a publicar livros para crianças e livros didáticos para as escolas como “Narizinho Arrebitado” publicado em 1921, obra que deu origem a outras, tendo como cenário o “Sítio do Pica-Pau Amarelo”.

Em 1927 foi nomeado por Washington Luiz como adido comercial nos Estados Unidos, onde permanece até 1931, onde se entusiasmou com a exploração de minerais deste país, ao regressar para o Brasil pensando no progresso do país. Funda o Sindicato do Ferro e a Cia de Petróleos do Brasil, provocando com isso um mal-estar no governo e a insatisfação das multinacionais. Depois disso, publica a obra “O Escândalo do Petróleo” o que o levou a prisão por alguns meses. Logo após se exila voluntariamente na Argentina, embora continuasse a escrever para os jornais brasileiros e argentinos.

Mesmo durante a Ditadura de Vargas, Monteiro Lobato continuou a lutar pela melhoria do país, denunciando os mandos e desmandos da política do governo, o que resultou em perseguição, apreensão e destruição de suas obras, sendo que outras foram recolhidas e queimadas como a adaptação de Peter Pan feita por ele.

Em 1947 volta para o Brasil e vê o país em situação cada vez pior, ficando indignado com a forma como o país estava sendo administrado, escreveu Zé Brasil, onde o Jeca Tatú agora se torna vítima do sistema social, político e econômico do país. Em 1948, Monteiro Lobato morre vítima de derrame cerebral.

A biografia de Monteiro Lobato é importante neste trabalho, pois a partir dela, é possível conhecer e analisar como suas experiências influenciaram o seu posicionamento social, político e ideológico. Para tanto, elencamos três importantes momentos na vida deste, a saber: Monteiro Lobato como, Promotor de justiça, Fazendeiro e Escritor.

¹³ ILKA STERN COHEN. Diversificação e segmentação dos impressos. p.109. In: **História da imprensa no Brasil**. Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca, (organizadoras) São Paulo: Contexto, 2008.

5.1 Promotor de Justiça

Monteiro Lobato demonstrava insatisfação com a carreira jurídica, mas cursou a faculdade de Direito para satisfazer a vontade de seu avô. Cavalheiro (1953) na Biografia de Monteiro Lobato afirma que o Direito pouco interessava a este, mas concluiu o curso e prestou concurso para promotor, cargo que assumiu em 1907 na cidade de Areias, no interior paulista.

Segundo Lobato, a cidade de Areias, representava bem as mudanças no cenário econômico do país. Areias tornou-se a cidade modelo em que ele descreveu lugarejos antes prósperos que entraram em depressão devido à crise do café. Uma cidade parada no tempo onde pouco se havia o que fazer. Nas cartas de Monteiro Lobato à sua noiva Maria da Pureza Natividade, ele queixava-se que não havia com o que se ocupar, pois nada ali acontecia que exigisse seu trabalho, então ele escrevia o que observava de Areias, ou seja, contos que deram origem a obra *Cidades Mortas*, na qual expressa suas impressões sobre a cidade e seus moradores.

Em *Cidades Mortas*, Monteiro Lobato denuncia a estagnação social e econômica do Vale do Paraíba com a decadência do setor cafeeiro nesta região característico da Primeira República, que de acordo com Silva (2012),

Entre os aspectos mais significativos da Primeira República, constituídos das mais reveladoras preocupações da literatura de Monteiro Lobato nas décadas de 1900 e 1910, figuram a decadência da agricultura cafeeira na região do Vale do Paraíba e sua migração para o Oeste Paulista. No final do século XIX, a lavoura cafeeira vale-paraibana perdeu sua hegemonia de região predominantemente cafeeicultora para a produção da região do oeste do estado de São Paulo. A transição, vista e vivida por ele como filho de uma família oligárquica cafeeiral na região do Vale do Paraíba, é tema recorrente em *Cidades Mortas*, uma coletânea de textos escritos entre 1900 e 1910, mas publicada somente em 1919 (SILVA, 2012, P. 70).

Como pode ser observado, Monteiro Lobato busca atrair a atenção do leitor para a decadência rural do Vale do Paraíba, utilizando para isso contos em que as cidades desta região são retratadas como abandonadas, isoladas, atrasadas e sem nenhuma perspectiva de retomada de sua pujança de outrora. Para ele não há como estas saírem do estado em que ficaram. No conto “Cidades Mortas”, Monteiro Lobato exprime bem o que percebe das cidades da região: “*Umas tantas cidades moribundas arrastam um viver decrepito, gasto a chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes* (LOBATO, 1980, p.3)”.

Areias era uma dessas cidades que não exigia de Monteiro Lobato quase nada em termos de promotoria, segundo Cavalheiro (1953) “*A cidadezinha era morta e o serviço praticamente nenhum. Para encher as longas horas não fazia outra coisa senão ler, ler, ler. Os livros foram seus companheiros durante o tempo em que permaneceu na cidade*(CAVALHEIRO, 1953, p.60)”.

Mas Monteiro Lobato tenta não se deixar levar pela monotonia do lugar, busca distrações como carpintaria e mesmo advogar, mas, como nada acontece em Areias que necessite de advogado, apenas uma única causa defendeu como bacharel em Direito. De acordo com Cavalheiro (1953), Monteiro Lobato e esposa permanecem em Areias até 1911 sem muitos amigos, vivendo solitários e ele cada vez mais entediado sente a necessidade de sair de Areias, o trabalho de promotor torna-se um fardo deixando-o desalentado quanto ao futuro.

Com a morte de seu avô, o Visconde de Tremembé, a vida de Lobato passa por profunda transformação. Como herdeiro das terras do avô, deixa Areias, a promotoria e começa uma nova vida, agora como fazendeiro. Tema que será abordado logo a seguir.

5.2 Fazendeiro

Monteiro Lobato se entusiasma com a possibilidade de modernizar a agricultura e a pecuária, introduzindo novas técnicas, além do café, milho, feijão, com intenção de expandir esse tipo de agricultura e com ela obter lucros. Mesmo atarefado com a vida de fazendeiro, continua a escrever e comentar textos para os jornais de São Paulo.

Depois de um ano como fazendeiro, Lobato começa a observar, prestar atenção às pessoas, em destaque para o Caboclo que descreve como uma espécie de piolho da terra. Segundo Cavalheiro (1953), em uma de suas cartas ao amigo Godofredo Rangel, fala de sua intenção em escrever sobre o que ele chama de velha praga, sua visão até então do caboclo brasileiro, “*Vou ver se consigo escrever um conto, ‘o Porrigo decalvans’, em que considerarei o caboclo um piolho da terra, uma praga da terra. Mas não garanto coisa alguma* (CAVALHEIRO, 1953, p.172, 173)”.

Nesse sentido, Monteiro Lobato faz crítica ao caboclo brasileiro, para ele o caboclo desrespeitava a natureza, dela se alimentavam, sugava tudo que oferecia, destruíam-na através da derrubada da mata e do hábito das queimadas reduzindo a floresta a carvão, como pode ser observado no trecho de “Velha praga”, Monteiro Lobato (1994),

A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro como o *Argas* o é aos galinheiros ou o *Sarcoptes mutans* à pernas das aves domésticas. Poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre a variedade do *Porriago decalvan*, o parasita do couro cabeludo produtor da “pelada”, pois que onde ele assiste se vai despojando a terra de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada [...] (LOBATO, 1994, p.161).

Monteiro Lobato (1994) concebia o caboclo brasileiro como responsável em grande parte pela decadência rural, condenava a prática das queimadas e a falta de respeito destes com a natureza que, segundo ele, exauria os recursos naturais e ao irem embora, ao serem “tocados” das terras nas quais se alojavam, deixavam para trás um rastro de destruição, assim também como eram responsáveis pela miséria em que viviam e da qual não conseguiam sair. Dessa concepção de Monteiro Lobato nasce o Jeca Tatu, como um caipira desleixado, preguiçoso, que sobrevivia do pouco que cultivava, do que a natureza fornecia (caça, pesca, etc.), sem cultura e noções de higiene, um homem indolente, preguiçoso demais para promover melhorias na própria vida. Concepção essa que aos poucos foi se alterando, o contato com o caboclo, as conversas com estes foram mostrando que Lobato se enganara e passa a enxergar o caboclo como um homem fraco e, portanto doente, o que não permitia, não lhe dava forças para trabalhar e progredir.

Com os problemas financeiros da fazenda, Monteiro Lobato percebe que não tinha vocação para tocar os negócios e decide vender a fazenda e se muda para São Paulo com a família e passa a se dedicar a literatura, como editor e escritor.

5.3 Escritor

Monteiro Lobato foi alfabetizado por sua mãe, que depois contratara um professor particular para continuar os estudos e aos sete anos vai para um colégio onde se empenhou em leituras.

Com a morte dos pais ainda adolescente, fica sob a tutela de seu avô materno, este o envia para um colégio interno onde escreveu vários contos nos jornais da escola, mas ainda sob pseudônimos. Embora seu desejo fosse estudar na Escola de Belas Artes. Lobato ingressa na Faculdade de Direito para satisfazer a vontade de seu avô. Neste período venceu um concurso de literatura da faculdade e participou de vários jornais da instituição,

Ao graduar-se volta para Taubaté e começa a escrever críticas de arte no Jornal da cidade. Em 1907, se muda para Areias para assumir o cargo de promotor público, período em que se casa. Sobre a vida monótona das cidades interioranas escreve a obra “Cidades Mortas” e, continua a escrever para jornais e revistas.

Ao se mudar para a Fazenda Buquira, Monteiro Lobato, apesar do entusiasmo com os novos afazeres, continua a escrever artigos para jornais e, no ano de 1914 publicou no jornal O Estado de São Paulo duas crônicas: “Uma Velha Praga e Urupês”.

Nestas obras o autor descreve as principais dificuldades e suas impressões sobre os problemas gerados pelos caboclos e colonos nas terras brasileiras, como explícito em parte de Velha Praga, Lobato (1994) “*Este funesto parasita da terra é o caboclo, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças* (LOBATO, 1994, p.161)”. Diante disso, pode-se inferir que, em “Velha Praga”, Monteiro Lobato culpa o caboclo tanto pela falta de desenvolvimento do país, quanto por sua própria condição.

Em “Urupês”, escrito quando já estabelecido na fazenda, Monteiro Lobato apresenta a primeira versão de Jeca Tatu, que segundo ele:

Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígene de tabuinha no beijo, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso [...]. Nada o esperta. Nenhuma ferrotoada o põe de pé. Social ou individualmente, em todos os atos da vida, Jeca, antes de agir, acocora-se (LOBATO, 1994, p.167).

Em “Urupês”, Monteiro Lobato tenta descrever o caboclo segundo sua percepção dos trabalhadores e moradores de sua fazenda, apresentando o caboclo como um ser incapaz, preguiçoso e responsável por suas próprias mazelas e também pelo fracasso dos fazendeiros. Neste mesmo período, Monteiro Lobato enfrenta problemas em relação à administração da fazenda, ele vende a propriedade e se muda para São Paulo, onde continua a escrever para o jornal “O Estado de São Paulo” e “Revista Brasil” entre outros.

De acordo com Cavalleiro (1953), o ano de 1913 marca o início da vida literária de Lobato, “[...] publicado no Correio Paulistano o primeiro artigo que Monteiro Lobato assina com o próprio nome, [...] (CAVALHEIRO, 1953, p.161)”. Sua preocupação era valorizar os temas nacionais e a cultura nacional. Em busca de conhecer mais sobre personagens do folclore

brasileiro como “Saci Pererê”, o autor realiza uma pesquisa e desta reuniu várias opiniões sobre este personagem.

Com a aquisição da Revista Brasil em 1918, Monteiro Lobato lança seu primeiro livro “Urupês” no qual reuniu artigos e contos anteriormente publicados em jornais e revistas. Nesta obra, o autor retratou a sua percepção sobre o caboclo brasileiro, dando ênfase na pobreza e ignorância deste, criou-se assim o personagem Jeca Tatu, como estereótipo do caipira brasileiro. Até a terceira edição de “Urupês”, mantém este estereótipo do caboclo brasileiro, porém na quarta edição desta obra, o autor reconheceu a importância, a resistência e a adaptação do caboclo às agruras do mundo rural, construiu uma nova concepção na qual como fruto do meio, como vítima das condições de vida sociais que lhe foram impostas, utilizou a literatura para denunciar e criticar a forma que o governo lidava com as questões relacionadas à saúde pública do país.

Contudo, lutou por uma política de saneamento no país, principalmente do interior, o que pode ser percebidos em seus artigos reunidos na obra “Problema Vital”, que foi editado em 1918 pela Sociedade Eugênica de São Paulo e pela Liga Pró-Saneamento do Brasil, essa foi uma forma de chamar a atenção da sociedade para o que ele considerava como um dos grandes problemas do país, as doenças causadas pela falta de higiene e saneamento e pelas práticas culturais arraigadas na população pobre e as consequências destas na saúde da população.

Com o sucesso de vendas de “Problema Vital”, Monteiro Lobato funda a Editora Monteiro Lobato e Cia. Ltda. e passou a publicar e vender, além de suas obras, outros autores, como Oswald de Andrade, Ribeiro Couto, Menotti Del Pichia, entre outros. As questões administrativas da editora tomavam muito do seu tempo e neste período pouco escreveu, mas, reuniu alguns artigos e os reeditou em “Cidades Mortas”. Neste mesmo ano editou as obras “Ideias de Jeca Tatu e Onda verde”.

Em 1921, Monteiro Lobato lançou algumas histórias infantis, dentre elas “A menina do narizinho arrebitado”, dedicado ao público infantil, que posteriormente foi editado no formato escolar. A partir do sucesso deste iniciou a sua carreira literária, voltada para crianças o que o tornou mais conhecido. Entre as obras deste período se destacaram, “O Saci, O marquês de Rabicó, Fábulas e Jeca Tatuzinho”.

Em 1925, Monteiro Lobato fechou a editora por problemas financeiros decorrentes da situação econômica e política pela qual o Brasil estava enfrentado, mas juntamente com Octalles Martins criou a Companhia Editora Nacional em São Paulo com filial no Rio de Janeiro

e continuou a escrever artigos para jornais dos quais, tempos depois foram publicados em forma de livro.

Monteiro Lobato escreveu um único romance no gênero de ficção científica para adultos, “O presidente negro” publicado inicialmente em forma de folhetim e no ano de 1926 editado em forma de livro com o título “O choque”, nesta obra ele abordou temas como, a segregação racial, aculturação, feminismo e sintetizou o pensamento racista dominante nessa época.

Sua luta pela melhoria do país rendeu a Monteiro Lobato o convite para trabalhar como adido comercial nos Estados Unidos entre os anos de 1927-1930. Sua estadia neste país o fez pensar nas possibilidades de progresso do Brasil como a exploração de ferro e petróleo, mesmo sem apoio do governo, ele fundou a Companhia e Petróleo do Brasil em 1931. Sua luta para modernizar o país foi apresentada na obra “O escândalo do petróleo” livro que se tornou um sucesso, mas por ter sido considerado uma ameaça ao governo foi proibida a sua distribuição. Em “A Onda Verde” Lobato critica a exploração das terras paulistas e em “O Presidente Negro” ele mistura conhecimentos científicos com a política eugenista dos americanos. Já em América, publicado em 1932, Lobato discute o desenvolvimento econômico e tecnológico dos Estados Unidos, nos 36 capítulos que compõem o livro. Lobato comparava a realidade brasileira à realidade americana e buscava soluções para os problemas do Brasil.

Com isso, teve início a uma série de acontecimentos que levaram Monteiro Lobato a prisão. Segundo Cavaleiro (1953), Lobato é preso por escrever uma carta sobre o petróleo no Brasil ao Presidente da República, Getúlio Vargas. Ao sair da prisão três meses depois, decidiu se exilar na Argentina onde ficou de 1946 a 1947; lá se tornou sócio de uma editora e publicou o livro infantil “La Nueva Argentina”.

De volta ao Brasil, o autor escreveu “Zé Brasil”, uma nova abordagem de Jeca Tatu, expondo suas impressões sobre a sociedade, que segundo ele, o camponês era uma vítima da estrutura social e econômica do país. Tal obra foi considerada como uma demonstração de ligação de Monteiro Lobato ao partido comunista sendo a mesma censurada e apreendida.

No ano seguinte à publicação de Zé Brasil, Monteiro Lobato veio a falecer vítima de derrame cerebral, mas, deixou um grande legado literário. Entre várias publicações, destacou-se “O Sítio do Pica-Pau Amarelo”, obra infantil de grande sucesso.

Em suas obras, Monteiro Lobato utilizou uma linguagem própria, diferente da época, porém não pode ser considerada como modernista, concebendo o modernismo como um movimento de oposição crítica a sociedade e a arte em geral na literatura, representando a

inovação tanto da linguagem, quanto nos conceitos artísticos. O modernismo tem início com a Semana da Arte Moderna de 1922, na qual artistas de todas as áreas expunham suas ideias de forma mais livre, rompendo com os modelos anteriores, ou seja, romper com os moldes parnasianos que imperavam até o momento, com raras exceções.

O modernismo buscou revolucionar as artes, negando o passado e valorizando o moderno, o cotidiano, redescobrimdo a realidade brasileira, com o emprego de diversas linguagens que, com o passar do tempo buscou na realidade brasileira, inspiração, mas também se preocupou com a formalidade nos textos e nas próprias linguagens.

Antes disso, o movimento pré-modernista, no qual diversos artistas criticaram os modelos sociais e literários presentes no Brasil até aquele momento, marca a ruptura com o academicismo, com a linguagem parnasiana. A década de 1920 foi palco de muitos conflitos ideológicos regionais devido à diversidade cultural do país, não só ideológicos, mas também conflitos entre os grupos políticos dominantes. A elite intelectual dependente do Estado que surgiu num contexto em que os grandes produtores rurais dominavam o campo político e foram responsáveis em manter o poder desses grupos.

O movimento pré-modernista apresentou uma nova vertente estilística na literatura, com uma linguagem coloquial marcada por valores do naturalismo e do regionalismo. Investe na valorização de aspectos culturais de regiões do Brasil, do nacionalismo com a exposição da realidade brasileira e também a marginalidade de seus personagens, trazendo temáticas que envolviam fatos históricos, políticos, econômicos e sociais, mesmo por que, o movimento situa-se no contexto histórico da consolidação da República, mas ainda com nuances de estilos literários de escolas anteriores, não rompe de vez com estas.

Entre os principais representantes desse movimento se destaca Monteiro Lobato, que por meio de seus personagens, contos e livros, abordou os problemas sociais brasileiros, como, a desigualdade, os conflitos, a pobreza, a exclusão social e a política.

Diante do exposto pode-se afirmar que Monteiro Lobato não pode ser considerado modernista, aproxima-se mais do pré-modernismo, visto que seus contos em *Urupês* se utiliza de uma linguagem diferente do padrão da época (o parnasianismo) se aproximando mais do naturalismo e do modernismo, se colocando entre os dois ao utilizar uma linguagem próxima ao coloquial, com termos e expressões típicas da região interiorana de São Paulo.¹⁴

¹⁴ VILARINHO, Sabrina. Pré-Modernismo. Brasil Escola. Disponível em <http://www.brasilecola.com/literatura/pre-modernismo.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

6 MONTEIRO LOBATO E AS ELEIÇÕES

Mesmo com a Proclamação da República em 1889, o voto ainda não era um direito de todos, os marginalizados socialmente, as mulheres, os menores de 21 anos de idade, analfabetos, indígenas, dentre outros não podiam votar. Somente com a Constituição da República em 1891 aparece pela primeira vez o voto direto e a criação do sistema presidencialista, instituindo o regime representativo democrático que ampliou a participação de parte dessa população marginalizada. Embora garantisse o direito ao voto, grande parte da população vivia sob o domínio dos grandes fazendeiros (os coronéis), que mantiveram por muito tempo um esquema de poder governado por estas oligarquias regionais e, portanto, votavam em quem estes ordenavam. É justamente sobre isso que Monteiro Lobato discute em suas obras “Urupês e América”.

Em “Urupês”, Monteiro Lobato aponta os problemas que ele percebe no que se refere às eleições no Brasil, em que, o sistema de votação não correspondia aos anseios do povo devido à prática comum do voto de cabresto, da mercantilização do voto e o poder dos coronéis sobre os eleitores.

Em “América”, Monteiro Lobato critica essa situação em que, os ‘eleitores’ eram considerados ou equivaliam a uma boiada, tanto que os “eleitores” eram alojados em um espaço e mantidos até o horário da votação, para tanto, os coronéis ofereciam a estes, comida e bebida como pode ser observado num trecho da carta resposta de Monteiro Lobato a um amigo que lhe questionava sobre o voto secreto. Lobato faz o seguinte relato:

O nome técnico daquele recinto era esse: - ‘curral’. Havia o curral do partido do governo e um menor da oposição. Dentro de ambos, enquanto esperavam a ‘livre manifestação das urnas’, os votantes comiam um boi e esquentavam o corpo com a pinguinha (LOBATO, 1951, p.165)”.

Nesse trecho, pode-se perceber a crítica e denúncia que Monteiro Lobato faz do processo eleitoral e da forma como os “eleitores” eram tratados por estes, assim também, como eles conseguiam manter a fidelidade destes eleitores. Para o agregado (eleitor) o voto rendia somente a estima do patrão e a desobediência podia render algo bem mais desagradável como, por exemplo, castigos físicos e humilhações públicas.

Quanto às eleições podemos dizer que serviam as oligarquias rurais para medir a força política dos coronéis, pois ela mostrava quantos eleitores estes dominavam, em contrapartida

os candidatos a governador, prefeitos e deputados, só se elegiam caso contassem com o apoio dos coronéis, tema a ser abordado a seguir.

6.1 O coronelismo nas eleições

Um dos temas abordados por Monteiro Lobato nos livros *Urupês e América* diz respeito ao coronelismo existente no Brasil no período em que foram publicados nos primeiros anos do século XX. Para melhor compreensão sobre o “coronelismo”, é preciso voltar às primeiras décadas do século XX, em que o Brasil ainda era um país essencialmente agrário e o poder local exercido pelos “coronéis” ou, o poder das oligarquias, como também ficou conhecido este período. As oligarquias tinham os “coronéis” como seus líderes, e estes eram os grandes latifundiários locais.

Para Monteiro Lobato, uma das causas do atraso brasileiro era o “coronelismo” que impedia a existência de um sistema representativo ao manipular as eleições. No livro “América”¹⁵ ele descreve a influência e atuação dos coronéis nas eleições brasileiras:

Nas cidades grandes ainda havia um simulacro que disfarçava a comédia. No interior, por todo o vasto interior do Brasil, não. Nada disfarçava a crueza da realidade. Eleitor era sinônimo de gado. O coronel Fulano, por exemplo. Está bem, diziam. Possuem cem mil pés de café, 300 cabeças de gado e 120 eleitores (LOBATO, 1951, p.165).

Diante do exposto pode-se inferir que ter eleitores sob seu mando era uma forma de demonstrar a força e a importância do coronel na época das eleições. O do voto de cabresto era assim denominado quando um “agregado” do coronel votava no candidato que lhe fora indicado antes das eleições, ou seja, ao coronel cabia controlar o eleitor para que este votasse nos candidatos indicados pelo Partido Republicano.

Outra crítica consistente de Lobato é a fragilidade da democracia brasileira. A solução apontada por ele para que o sistema eleitoral deixasse de ser tão ineficiente, é relatada no livro *América*, mais precisamente em uma carta enviada, datada em 09 de agosto de 1924, ao então presidente da república, Artur Bernardes, na qual o autor pede que o voto secreto seja implantado no Brasil:

¹⁵ LOBATO, José Bento Renato Monteiro. *América*. São Paulo: Brasiliense, 1951.

O momento é o mais oportuno. A onda se avoluma a idéia do voto secreto é uma idéia força, riacho hoje torrente amanhã – tão empolgante já agora que chega a fazer parte de programas revolucionários (LOBATO, 1951, p. 308).

Para Monteiro Lobato, um dos pilares da democracia seria o voto secreto, algo que ainda não existia no Brasil na década de 20 do século XX. No livro *América*, ele propõe que o Brasil imite o sistema eleitoral americano, assim descrito por ele:

“Quero ver como é o curral dos americanos”, creio que pensei lá no subconsciente. Fui... Vi... e se o queixo não caiu foi por estar pregado na caveira. O eleitor escolhe livremente, vota livremente, seu voto é apurado! E de tudo resulta que só toma assento na Casa Branca quem realmente é escolhido pela maioria!...(idem, p. 167).

Neste ponto, Monteiro Lobato aponta o coronelismo como uma das causas do atraso brasileiro, não só, também a pobreza do povo brasileiro que dependente dos coronéis, não tinham como votar livremente fazendo uma comparação com as eleições dos Estados Unidos.

Para entender melhor o coronelismo, convém retomar o trabalho de Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*¹⁶. O termo “coronel” vem da extinta guarda nacional imperial, que lutou nas guerras da prata, do Uruguai e Paraguai entre os anos de 1851 e 1870, depois se tornou meramente decorativo após a proclamação da República. Durante o Império, cada município possuía um regimento da guarda nacional, o posto de “coronel” era aquele ocupado pelo chefe político do município, que normalmente era o mais rico comerciante ou fazendeiro. O termo é, à época dos escritos de Monteiro Lobato, ainda era utilizado para identificar aqueles que mandavam na política local.

Segundo as afirmações de Leal, “*O ‘coronelismo’ é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos ente o poder público, progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais* (LEAL 1975, p.20)”, ou seja, o poder dos coronéis era atrelado à quantidade de votos que mantinha sob seu domínio para eleger o chefe político de seu interesse.

Ainda de acordo com Leal, os chefes políticos não eram os coronéis, mas pessoas ligadas a eles pela dependência dos votos que estes podiam garantir, “*Os chefes políticos que não são ‘coronéis’ são ligados a essa classe de gente. Mas “qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel” que comanda um lote considerável de votos de cabresto* (Leal 1975 p. 23)”.

¹⁶ LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

Diante do exposto, podemos entender que os coronéis exerciam amplos poderes sobre os chefes políticos, assim como, sobre aqueles que dependiam do trabalho em suas terras ou de seu apadrinhamento; os coronéis eram poderosos tanto pela riqueza que possuíam, tanto pelo poder de controle sobre os eleitores; esse poder de controle é uma das faces do coronelismo apontado por Leal. Ainda, segundo este autor, os coronéis não se preocupavam com o progresso de seu município, mas em manter seu poder e prestígio, por isso Monteiro Lobato os considera como responsáveis pelo não desenvolvimento do Brasil como um todo.

Leal aponta outras faces do coronelismo, como o filhotismo e o mandonismo. O filhotismo se caracteriza pela troca de favores entre agregados políticos dos coronéis. Entre esses “favores” a indicação de amigos a cargos públicos. Já o mandonismo se caracterizava pela perseguição ao grupo adversário pelo grupo da situação ou dominantes.

Segundo Leal (1975), essas facetas do coronelismo e a falta de autonomia dos chefes políticos municipais facilitavam uma prática comum em que o governo estadual delegava aos coronéis da situação, poderes essenciais para manutenção daquele modelo de liderança, desse modo contribuía para o aumento do poder dos coronéis. Outro aspecto do coronelismo é a relação de reciprocidade entre os coronéis e o poder público que se justifica pela necessidade de apoio entre os dois, eles precisam um do outro para manter o poder. Ele vê no coronelismo os sintomas da decadência dos grandes proprietários, pois para sobreviverem, sacrificam a autonomia municipal: *“fraqueza do dono de terras que se ilude com o prestígio do poder, obtido à custa de submissão política; fraqueza desamparada e desiludida dos seres quase subumanos que arrastam a existência no trato das suas propriedades (LEAL 1975 p.56)”*.

Para Monteiro Lobato o coronel é o parasita político, ele é a figura representativa da ignorância e de atraso de um regime político em decadência, visto em *Urupês* no qual ele identifica a relação desigual entre os coronéis e seus agregados¹⁷.

No livro *Urupês* Lobato explora o tema do coronelismo, os mandos e desmandos destes sobre a população em geral das cidades interioranas. Através dos contos "Um suplício moderno" e "O comprador de fazendas" Monteiro Lobato narra as dificuldades enfrentadas por pessoas comuns, quando se chocavam com os interesses dos que tinham o poder e a influência sobre os demais no ambiente explorado por Lobato, no caso o meio rural das pequenas cidades do interior de São Paulo, localizadas no vale do Paraíba.

¹⁷ Definição de agregado pelo dicionário Houaiss: Regionalismo de São Paulo. Aquele que, morando em fazenda ou sítio, presta serviços avulsos sem ser propriamente um empregado.

Como os coronéis eram os fazendeiros, donos de grandes propriedades de terra, dominavam e mantinham o povo sob controle, eram eles que determinavam em qual candidato o povo sob seu domínio deveria votar e em troca estes candidatos lhes davam o poder sobre os cargos públicos. Os coronéis decidiam quem deveria ocupar tais cargos, desde delegado, professores até os cargos mais simples, como os de estafeta.

Em “Suplício Moderno”, Monteiro Lobato denuncia os desmandos do coronelismo, e as condições miseráveis e de subserviência em que vivia a maioria do povo do interior das pequenas cidades do interior paulista.

O conto se inicia fazendo uma alusão aos mais diversos e cruéis tipos de tortura, comparando-as ao trabalho do estafeta, uma espécie de carteiro nomeado por indicação de um político influente, como pode ser percebido neste trecho:

Estafeta-se um homem da seguinte maneira: o governo por malévola indicação dum chefe político, hodierno sucedâneo do “familiar” do Santo Ofício, nomeia um cidadão estafeta do correio entre duas cidades convizinhas não ligadas por via férrea (LOBATO, 1994, p. 71).

Essa indicação, em que o sujeito ao ser nomeado estafeta se sente honrado, é um sonho de muitos, o fazer parte dos servidores do Estado:

O ingênuo vê no caso honraria e negócio. É honra penetrar na falange gorda dos carrapatos orçamentíveros que pacientemente devoram o país, [...] mas ao longo de um mês, no lombo de uma montaria a ir e vir seis, sete léguas de tortura a engolir por dia com a mala postal na garupa (Idem, 1994, p.72).

Diante do exposto, podemos inferir que para aqueles que não tinham representatividade, para o homem comum, eram destinados os serviços que não interessavam aos “apadrinhados” dos coronéis ou chefes políticos.

Monteiro Lobato com a obra “Urupês” denunciou a decadência do interior pela ação maléfica do coronelismo sobre o homem comum. Outro exemplo também, mostrado em “Um suplício moderno”, mostra como o cidadão comum que é transformado em fantoche pela mão de um coronel, conforme pode ser compreendido a partir dessa passagem:

O primeiro ato do vencedor foi correr a vassoura Olho da Rua em tudo quanto era olhodaruável em matéria de funcionalismo público. Entre os varridos estava a gente do correio, inclusive o estafeta, para cuja substituição inculcou-se ao governo o Izé Biriba (LOBATO, 1994, p.76).

Neste sentido, configura-se a prática do filhotismo e mandonismo com a indicação a cargos públicos de pessoas escolhidas pelo então vencedor das eleições, assim como a perseguição aos opositores com a demissão dos cargos públicos.

Outra denúncia que Monteiro Lobato faz em seus contos é sobre a compra de votos, como pode ser percebido em parte do texto:

A política do coronel Evandro em Itaoca deu com “rabo na cerca des’que em tal pleito o competidor Fidêncio também coronel, guindou a cotação dos votos de gravata quinhentos mil réis, e a dos votos de pé-no-chão a do’ parelhos de roupa, mais um chapéu (LOBATO, 1994, p.76).

Diante disso pode-se entender que o coronel alçado à condição de prefeito de Itaoca (cidade fictícia criada por Lobato para representar as cidades em decadência no vale do Paraíba) se deu pela compra de votos e representa uma crítica do autor ao sistema político de seu tempo, em que o candidato não se elegia pelas suas propostas e sim pela compra de votos, algo comum até os dias atuais e que é resquício desde os tempos do mandonismo, conceito abordado da seguinte forma por José Murilo de Carvalho¹⁸:

Essa visão do coronelismo distingue-o da noção de mandonismo. Este talvez seja o conceito que mais se aproxime do de caciquismo na literatura hispano-americana. Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania (CARVALHO, 1998).

A presença dos coronéis nos contos de Monteiro Lobato, poderia ser considerada denúncias de uma situação por ele vivida em seu tempo, com os mandos e desmandos em que faziam o que queriam para proveito próprio, inclusive fraudar eleições para se manter no poder como em outra passagem do conto “Um suplício moderno”:

Como o novo pleito se aproximasse, nova vitória lhe seria novo triênio de martírio [...]. Na véspera da eleição incumbiu-o Fidêncio de trazer da cidade um papel importantíssimo para o tribofe das urnas. Sei lá o que era! Um

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. In: **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998

“papel”. A palavra “papel” dita assim em tom de mistério traz no bojo “coisas”... Fidêncio frisou a gravidade da incumbência - a maior prova de confiança jamais dada por ele a um cabo eleitoral. Veja lá! A nossa sorte está nas suas mãos. Isto é que é confiança, hein?(LOBATO, 1994, p.81).

Este “papel” trazia o resultado fraudado das eleições, e como Biriba falhou propositadamente de sua missão, o coronel Fidêncio perdeu a eleição para o rival, mostrando Lobato desta forma, a ambição de poder entre os coronéis de Itaoca, onde ganhava quem corrompia mais os eleitores, ou quem fraudava melhor as eleições.

Diante disso pode se entender o coronelismo como fruto das relações de interesse entre os coronéis e o poder público, considerando que estes coronéis eram os poderosos latifundiários e oligarcas regionais e que detinham o poder absoluto da região que dominavam e em grande parte com apoio do governo estadual, influenciado pela troca de favores entre estes. Poder esse que possibilitava aos mesmos manipular as eleições em prol de seus interesses ou da oligarquia da qual faziam parte.

Monteiro Lobato em carta enviada ao então presidente Artur Bernardes¹⁹, datada de 09 de agosto de 1924, demonstrou suas preocupações com a situação do país e sua opinião a respeito dos desmandos dos coronéis e da insatisfação do povo em relação ao modelo político no país, nesta carta propunha uma ampla reforma política, tanto para acabar com o poder dos coronéis, quanto para se evitar uma revolução no país. Nesta mesma carta apresentava uma de suas principais sugestões, o fim do voto aberto e a instituição do voto secreto no Brasil. Segundo Monteiro Lobato a renovação política só se daria com o fim do voto aberto, assunto a ser abordado mais adiante, mas antes, a discussão sobre o voto de cabresto se faz necessário.

6.2 O voto de cabresto

O período entre a Proclamação da República (1889) até a revolução de 1930 foi chamado de Primeira República. Este período foi marcado pelo fenômeno do coronelismo, compreendendo o coronelismo como uma prática de domínio dos grandes fazendeiros sobre a população da zona rural e das pequenas cidades do interior do Brasil, e também, na interferência e influência destes sobre o poder público, prefeitos, governadores e mesmo presidente que contavam com seu apoio para vencer as eleições.

¹⁹ LOBATO, José Bento Renato Monteiro. **O voto secreto**. América. São Paulo: Brasiliense, 1951.

O poder e influência dos coronéis (oligarcas rurais) aumentavam na medida em que conseguia assegurar o voto dos seus eleitores para os candidatos com os quais mantinham uma relação de troca de favores. Poder esse incrementado pela manutenção do sistema eleitoral do voto aberto que permitia a eles controlarem o voto de seus eleitores, configurando e perpetuando o chamado “voto de cabresto”, ou seja, o controle dos coronéis sobre o voto da população. Segundo Leal:

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de voto de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terra (LEAL, 1976, p. 23).

Este processo favorecia tanto a fraude e corrupção, quanto ações de mandos e desmandos destes sobre o povo e o poder público e, também a formação dos curais eleitorais, que eram os locais em que os coronéis alojavam os eleitores no dia da eleição objetivando manter o controle sobre eles e para isso contava com auxílio de seus cabos eleitorais ou seus subordinados.

Para tanto os coronéis utilizavam vários recursos, como compra de voto, votos fantasmas, troca de favores, fraudes eleitorais e mesmo a violência física contra o “curral eleitoral”. Como o voto era aberto os coronéis tinham o controle destes através da pressão e fiscalização sobre eles, essa prática separa o governo da verdadeira opinião do eleitor ou do povo em geral, pois se vota por coação e não segundo sua própria vontade. Segundo Monteiro Lobato:

Para que cesse tão calamitoso divórcio é mister que haja eleição, e para que haja eleição é mister que escolha íntima do eleitor, livre de coação e venalidade, coisa impossível no regime de voto a descoberto, condenado como absurdo pela psicologia (LOBATO, 1951, P.305).

Neste caso os votantes eram aqueles que eram dominados pelos coronéis, ou seja, o povo, os agregados destes coronéis que viviam sob seus domínios e jugo. Mesmo que discordassem da escolha eram coagidos a votar e eleger determinado político. Mesmo por que para Lobato a maioria dos eleitores não tinha consciência política para fazer uma escolha:

As várias eleições a que assisti assombraram-me. Interroguei vários eleitores, em regra tabaréus boçalíssimos, e poucos encontrei que soubessem sequer o nome do candidato em quem votavam, nenhum vinha de uma espontaneidade, no cumprimento livre de um dever cívico, este vinha em troca de um chapéu novo ou uma nota de \$50.000, aquele por ordem de um patrão ou cabo qualquer (LOBATO, 1951, P. 295).

Diante disso, pode-se dizer que Lobato considerava os eleitores como massa de manobra política, pois não tinham conhecimento para escolher um candidato e muito menos liberdade para tal, pois já viviam sob o jugo dos poderosos que dominavam o país. Para Monteiro Lobato o voto aberto que privilegiava a participação popular, era também um entrave à participação da elite pensante do país, grupo que segundo ele estava mais preparado para lidar com a política e a condução do país. Para ele, o voto aberto demonstra a fragilidade do sistema eleitoral e da representação política do país.

A Primeira República se caracterizou pela hegemonia dos economicamente mais fortes, com pretensões liberais, mas sob o poder das oligarquias regionais. Neste período as elites dirigentes não conseguiram representar verdadeiramente àqueles que deveriam representar, pois viviam sob o domínio destes oligarcas e esse é um dos aspectos que Monteiro Lobato denunciou em suas obras. Para ele a democracia da Primeira República era frágil e o voto não representava a vontade do povo, seja a população pobre, seja a elite pensante do país, como pode ser observado em “América” no qual o referido autor discute sobre o voto aberto, denuncia o coronelismo e aponta ainda o voto secreto como uma forma de democratizar verdadeiramente o regime eleitoral.

Ao criticar o voto aberto, Monteiro Lobato denunciava a instabilidade política no período que compreende a Primeira República, segundo ele uma das razões dessa instabilidade estava ligada a não incorporação das classes sociais à política.

Na Carta Aberta ao Dr. Carlos Campos, endereçada ao Presidente da República Artur Bernardes, em 9 de agosto de 1924, Monteiro Lobato demonstra sua preocupação com a situação política do país no período da Primeira República. Na referida carta, Monteiro Lobato alertava para a insatisfação do povo brasileiro em relação à política do país e explicava que, o motivo desse sentimento se referia ao “divórcio entre a política e a opinião pública” e que esse divórcio tinha como causa o regime eleitoral vigente, ao que ele comparou a um vício:

Uns vícios mantêm cada vez mais vivo o divórcio entre governo e a elite do país, vício tão grave, que se não for corrigido a tempo arrastará á completa ruína. Esse vício que é o sistema representativo de censo baixo²⁰. A

²⁰ Conceito criado por Lobato para descrever “a massa bruta”, as pessoas, que em sua opinião, não tinham capacidade para votar: “gente rural sem cultura nem capacidade de discernimento”. In **América** p.298

experiência dos povos demonstra que o sistema representativo só dá benéficos resultados quando o regime é de censo alto²¹[...] (LOBATO, 1951, p. 298).

Diante do exposto, podemos entender que, o censo baixo se refere ao voto de cabresto, onde o governo fica à mercê dos que controlam o país, os poderosos oligarcas, em que, segundo Monteiro Lobato, tem como consequência um governo sob o monopólio de um grupo que faz da política “profissão e meio de vida”, sendo estes eleitos por pessoas sem discernimento, sem cultura e conhecimento suficiente para uma escolha consciente e afastando a elite intelectual do processo eleitoral:

Pergunta-se: mas por que a elite não concorre às urnas? Por que foge de cumprir esse dever de todo cidadão? A resposta é rápida: porque considera absoluta inutilidade ela minoria consciente, lutar com a massa bruta inconsciente, que é maioria. No corpo humano também, se o cérebro, na balança, quisesse apostar em peso com o músculo, claro que seria vencido. O raciocínio geral é este: se meu voto, estudado, ponderado, calculado, livre, tem de ser anulado pelo voto do meu jardineiro, que é um imbecil, sem discernimento nem cultura, prefiro ficar na moita (LOBATO, 1951, p.300).

Monteiro Lobato se referia a elite intelectual, a classe instruída, culta do país. Segundo ele, o desinteresse destes eleitores se deve ao fato de ser minoria e, dessa forma, teriam seus votos anulados pela grande massa popular. Sendo assim, para Lobato, o povo incapaz de escolher com consciência seus candidatos, deveriam ser postos fora do processo eleitoral, mas ao mesmo tempo acreditava que através do voto secreto, legitimaria de fato o processo eleitoral, desde que os eleitores fossem, os cidadãos conscientes e a elite pensante do país,

“Na opinião geral, o remédio está na adoção do censo alto e consequente afastamento das urnas da massa bruta, meio de conduzir isto é um só: o voto secreto (Lobato 1951, p.301)”. Para ele, o voto secreto não obrigatório, possibilitaria selecionar os cidadãos que realmente se preocupavam com o futuro do Brasil ao mesmo tempo em que, tiraria das mãos o poder de uma classe dominante que não se preocupavam com o desenvolvimento do país e, para tanto, Monteiro Lobato apontou o voto secreto como meio de conseguir mudar o regime eleitoral, tema a ser abordado a seguir.

²¹ Outro conceito de Lobato, onde o “censo alto é o controle da política pela elite da nação”. In **América**, p.298.

6.3 O voto secreto como solução para a República

Embora Monteiro Lobato se pautasse na visão americana quanto à democracia, percebia com reservas a participação popular no processo eleitoral, pois segundo ele, deveria participar somente os cidadãos que faziam parte da elite intelectual do país, e o regime eleitoral deveria se dar com o voto secreto. Monteiro Lobato abordou sobre democracia e regime representativo questionando sobre o sistema eleitoral do voto aberto ainda presente na Primeira República:

Eu vinha de um país, onde muito se discute a possibilidade do sistema representativo. É possível escolher? É possível eleger representantes? É possível a um cidadão escolher livremente de acordo com sua consciência? Haverá jeito de essa escolha manifestar-se por meio dum voto público? Tais os problemas que ao tempo preocupavam todos os nossos homens de boa vontade (LOBATO, 1951, p.163).

Para Lobato, o voto em aberto não permitia que os eleitores escolhessem livremente o seu candidato. Outro ponto a ser lembrado, refere-se ao eleitorado em que de acordo com o autor, o voto secreto afastaria o povo, a massa popular da vida política e atrairia a elite às urnas, ou seja, com a mudança do regime eleitoral a massa popular deixaria de ir às urnas e isso estimularia a elite a se apresentar e escolher conscientemente os governantes:

Deixando de ir às urnas essa massa bruta, desaparece o motivo que delas afastava a elite da nação, e veremos apresentarem-se os homens de bem, os homens cultos, todos enfim que constituem a parte nobre do país. E issotudo automaticamente, naturalmente, sem forçar a ninguém e nem infringir essa grande ilusão do sufrágio universal, que é ainda a base das democracias modernas (LOBATO, 1951, p. 302).

Na visão de Monteiro Lobato, a democratização do regime eleitoral se daria pelo voto secreto e não obrigatório, pois nesses moldes selecionaria naturalmente os eleitores. Somente aqueles verdadeiramente envolvidos com a política e os problemas do país é que deveriam votar, afinal estes eram os cidadãos que tinham a capacidade de escolher conscientemente os candidatos a serem eleitos, e somente a elite pensante, os intelectuais que são a classe nobre do país é que teriam condições de escolher livremente.

Afirmava ainda que dessa forma os governos escolhidos expressassem a vontade do povo, como pode ser percebido no texto, “*No dia em que isso acontecer, os governos passarão a exprimir fielmente a vontade nacional, e a opinião estará com eles, por que os escolheu com liberdade*”(LOBATO, 1951, p. 302). Sendo assim, os governos escolhidos conscientemente

responderiam a toda a população, visto terem sido escolhidos livremente, tendo no voto secreto a garantia da veracidade e da não manipulação, como pode ser percebido em parte do diálogo do autor com o personagem Mr. Slang:

Mas se o voto for secreto, se for absolutamente impossível descobrir-se em quem o eleitor votou, tudo muda. O eleitor então passa a escolher livremente, isto é, de acordo com sua consciência, pois sabe que nenhum mal lhe poderá advir disso, nem para si, nem para a sua família, logo, o voto secreto representa a verdade, como o voto a descoberto representa a mentira (LOBATO, 1951, p.176).

Com isso, o autor quis mostrar que somente através do voto secreto seria possível legitimar e estabilizar um governo, pelo voto secreto e verdadeiro, os governos eleitos teriam a população que os elegeram ao seu lado e não haveria motivos que levassem estes a apoiar qualquer tipo de revolução, típico dos países de governos instáveis. Para tanto, utiliza do diálogo com Mr. Slang para refletir sobre o voto secreto, o governo e o povo:

Em um país de voto secreto jamais o povo apoia qualquer movimento revolucionário. Por que motivos se recorrer a violência -que é dolorosa e economicamente desastrosa para a comunidade -se por meio da eleição é possível mudar-se um mau governo. E como daria o povo apoia movimentos armado contra homens que ele o povo escolheu livremente, em absoluto acordo com sua consciência? Se eu escolho livremente um homem para um cargo, está claro que estarei ao seu lado nos momentos difíceis, e que o defenderei como defenderia a mim próprio. Esse homem representa a minha consciência manifestada nas urnas. Se por acaso trair-me, se não desempenhar o mandato que lhe conferi de modo que me satisfaça, não recorrerei às armas para alijá-lo: na próxima eleição votarei contra ele, confessando a mim próprio que tive parte na culpa. Errei. Não escolhi bem, eis tudo (LOBATO, 1951, p. 177).

Neste trecho, é possível perceber a preocupação do autor em relação à instabilidade do governo e da democracia da Primeira República, preocupação demonstrada também ao abordar o tema no texto “O Voto Secreto” na Carta Aberta ao Dr. Carlos de Campos em 1924, endereçada ao Presidente da República Artur Bernardes, na qual resumia o resultado de suas observações sobre as opiniões dos brasileiros em relação ao regime republicano, segundo ele:

O estado de espírito do povo brasileiro é de franca revolta. [...] Do espírito de revolta ao espírito revolucionário a transição é mínima. Basta que deflagre um movimento militar para que a passagem se opere e o revoltado se transforme em revoltoso [...] (LOBATO, 1951, p. 296).

Tal preocupação o levou a refletir sobre o motivo da insatisfação do povo com o regime republicano de então, segundo suas afirmações, o descontentamento do povo era devido ao completo divórcio entre a política e a opinião pública mantida pelo regime eleitoral de censo baixo que segundo Monteiro Lobato, transforma o ato de governar em monopólio dos políticos. Lobato afirmava ainda que, o regime eleitoral de censo alto seria a solução para findar com esse divórcio e isto, só seria possível com a adoção do voto secreto:

Para que cesse tão calamitoso divórcio é mister que haja eleição, e para que haja eleição é mister a escolha íntima do eleitor, livre de coação e venalidade, coisa impossível no regime de voto aberto, condenado como absurdo pela psicologia” (LOBATO,1951,p.305).

As mudanças almejadas por Monteiro Lobato podem ser percebidas nas críticas feitas por ele às oligarquias rurais e ao sistema eleitoral e à situação social do país. Talvez ele buscasse através dessas denúncias intervir na realidade do país, elencando os motivos de atraso do Brasil e apontando caminhos para a construção de um novo país, tendo como fundamento a industrialização, a exploração do petróleo e os recursos naturais brasileiro.

Monteiro Lobato lutou muito para que o voto secreto fosse implantado no Brasil. Fez disso uma de suas causas mais engajadas, alertando para o espírito de revolta que tomava conta da população:

É preciso atacar as causas últimas do espírito de revolta, o que só se conseguirá dando ao povo o que o povo quer: direito de escolher eleger livremente por meio de voto secreto. Não fazer isto é incubar eternamente o ovo da revolução (AZEVEDO et al., 1997, p.154).

Pode-se considerar que a luta de Monteiro Lobato não foi em vão e o voto secreto foi institucionalizado no Brasil em 1932. Entretanto, dois anos antes, em 1930, aconteceu o que Lobato previu e o Brasil passou por uma grande agitação política, fruto da fragilidade democrática do período, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Segundo Nicolau (2004), a partir de 1930 o estado brasileiro hibernou em um grande hiato democrático só restabelecid após a saída de Vargas em 1945 com a eleição direta de Eurico Gaspar Dutra para a presidência da República²².

²² NICOLAU, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2004

7. MONTEIRO LOBATO E A CRISE DO CAFÉ NO BRASIL

Após a Proclamação da República, o Brasil passou por grandes transformações políticas e econômicas que impulsionaram a consolidação do regime republicano.

A produção cafeeira foi a base da economia brasileira deste período sendo o seu principal produto de exportação do século XIX e início do século XX. Até a primeira metade do século XIX, o Brasil explorou a mão de obra escrava, período em que milhares de africanos foram escravizados nas lavouras de café, por uma elite composta por fazendeiros senhores do café, com a abolição da escravatura em 1888 essa elite perde esse privilégio.

A região do Vale do Paraíba se destacava como importante produtora e exportadora de café, já na segunda metade deste mesmo século, e na chamada Primeira República essa região começa a sofrer com a perda da hegemonia econômica e política, agravada com o fim da escravidão e a resistência dos grandes fazendeiros em dinamizar a produção a partir do trabalho assalariado da mão de obra dos imigrantes.²³

A economia baseada na monocultura do café foi uma das características, que marcaram a Primeira República e que segundo Monteiro Lobato, foi a principal causadora da falência dessa região, tema bastante discutido por ele, principalmente no livro “Cidades Mortas”, uma coletânea do autor de contos escritos nos primeiros anos do século XX.

Na obra “Cidades Mortas”, Monteiro Lobato retrata que a principal causa da decadência das cidades do Vale do Paraíba era promovida pela prática da monocultura cafeeira:

A que em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em vias disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurgue de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, refluí com eles de uma região para outra. Não emite peão. Progresso de cigano, vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas (LOBATO, 1980, p.3).

Monteiro Lobato demonstra sua preocupação com a decadência cafeeira do Vale do Paraíba e sua migração para o oeste paulista, como pode ser percebido no trecho do conto que deu título a obra - Cidades Mortas – “*Transfiltrou-se para o Oeste, na avidez de novos assaltos*

²³ HOLLOWAY. Thomas H. **Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo, 1886-1943.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

à virgindade da terra nova”. Para Monteiro Lobato, esse nomadismo na produção agrícola era consequência da abundância de terras e também do desenvolvimento do capitalismo.

Monteiro Lobato denunciou também o descaso que os grandes produtores de café tratavam a terra:

A uberidade nativa do solo é o fator que o condiciona. Mal a uberidade se esvai, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foge dela o capital – e com eles os homens fortes, aptos para o trabalho. E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas (LOBATO, 1980, p.3).

Para Monteiro Lobato, não só a cafeicultura, mas a forma como os grandes fazendeiros utilizaram e usurparam da terra toda sua energia foram os responsáveis pela decadência daquela região. Segundo Lobato, a exploração desenfreada da terra colaborou para a decadência das cidades cafeeiras e também foi responsável pelo não desenvolvimento do país. Para ele, a decadência que atingiu a região era responsabilidade dos fazendeiros que exploraram a terra sem a preocupação de recuperar estas, através do uso de adubos e outras tecnologias.

Nos contos “Cidades Mortas”, “O luzeiro agrícola” e “Café! Café!”, ele mostra como a monocultura cafeeira era um dos entraves que estagnavam a economia brasileira, como pode ser percebido em algumas passagens relevantes que demonstram a visão de Lobato sobre este tema:

Por ela passou o café como um Atila. Toda a seiva foi bebida e, sob forma de grão, ensacada e mandada para fora. Mas do ouro que veio em troca nem uma onça permaneceu ali, empregada em restaurar o torrão. (LOBATO, 1980, p.5). A monocultura (café), senhores, é um grande mal; a policultura é o grande bem... (idem, p.83). O café dá para tudo. Isto de plantar mantimentos é estupidez. Café, só café (ibidem, p.107).

Nestes três contos, Lobato descreve a monocultura do café como o grande mal da economia brasileira da época, pois o café atrapalhava o desenvolvimento desta república em formação, recém-saída do regime monárquico e expressa sua visão do cenário da decadência e instabilidade no país devido ao fato de que os fazendeiros se mantiveram somente da cultura do café.

7.1 O café como única fonte de renda dos fazendeiros

O café foi a principal fonte de renda dos fazendeiros do vale do Paraíba, região descrita por Lobato em seus primeiros livros, época em que morou em Areias e Taubaté, e atuou como promotor público e fazendeiro nestas cidades. Nesta época a região passava por sua maior crise visto que foi o período que o café mais sofreu desvalorização do seu preço nos mercados internacionais, entre 1900 a 1910, ou seja, em dez anos toda a pujança econômica da região esvaiu-se. A transmutação das lavouras de café para o oeste paulista, e a dificuldade dos fazendeiros em manter a produção sem a mão de obra dos africanos escravizados estão entre os fatores mais importantes que afetaram muito a economia da região²⁴.

Aliado aos preços baixos, Monteiro Lobato aponta que outras causas da decadência da economia rural da região foram a prática de preservar a tradição da monocultura cafeeira sem diversificar a produção de outros produtos agrícolas. Nos contos de “Cidades Mortas” é possível perceber que Monteiro Lobato se entristecia com a decadência tanto das cidades do Vale do Paraíba, quanto do meio rural: “*O mundo esqueceu Oblivion, que já foi rica e lépida [...]*” fazendo referência às cidadezinhas decadentes da região.

Monteiro Lobato através de seus contos denunciava o descaso que os grandes fazendeiros tratavam suas terras agora improdutivas, mas, que ainda lembravam as riquezas de um passado luxuoso:

As fazendas são Escórias de soberbo aspecto vistas de longe, entristecedoras quando se lhes chega ao pé. Ladeando a Casa Grande, senzalas vazias e terreiros de pedras com viçosas guaxumas nos interstícios. O dono está ausente. Mora no Rio, em São Paulo, na Europa. Cafezais extintos. [...] (LOBATO, 1980, p.5).

Neste trecho de “Cidades Mortas”, Monteiro Lobato critica o modo como os grandes fazendeiros abandonaram suas terras e seus agregados que permaneceram nestas, que segundo ele não tinham condições de produzir naquelas terras. Critica também os moradores locais, “*Agregados dispersos. Subsistem unicamente, como lagartixas nas pedras, um pugilo de caboclos opilados, de esclerótica biliosa, inermes, incapazes de fecundar a terra, [...]*” (LOBATO, 1980, p.5), que insistiam ainda no café. Dependentes da cafeicultura, não vislumbram alternativa que não fossem ligados ao café, os trabalhadores com salários reduzidos

²⁴ Delfin Neto, Antônio. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas. 1981 p.32

ou desempregados, perambulavam pelas “cidades mortas”, os fazendeiros migraram em busca de novas terras, abandonando aquelas que já não produziam como antes.

Com outro conto, “Vidinha Ociosa” o autor critica a falta de racionalidade e planejamento dos grandes cafeicultores, para ele por preguiça de pensar:

Se o governo agarrasse um cento de fazendeiros dos mais ilustres e os trancasse nesta sala, com cem machados naquele canto e uma floresta virgem ali adiante; e se naquele quarto pusesse uma mesa com papel, pena e tinta, e lhes dissesse: “Ou vocês pensam meia hora naquele papel ou botam abaixo aquela mata”, daí a cinco minutos cento e um machados pipocavam nas perobas! (LOBATO, 1980, p.11).

Os velhos hábitos dos fazendeiros de explorarem a terra até exaurir dela tudo que podiam, sem cuidado com a mesma, destruindo toda a natureza em volta dos cafezais, a falta de planejamento e de uma racionalidade técnica é apontada por Monteiro Lobato como causa do não desenvolvimento e da decadência da região do Vale do Paraíba

Não só neste conto, mas em outros, como “Café! Café”, Monteiro Lobato critica a mentalidade atrasada dos fazendeiros da região do Vale do Paraíba, pois ao investir somente em café sem vislumbrar a possibilidade de investir em outras culturas levaram à região a falência, como pode ser percebido no texto:

Ficou naquilo o major Mimbua uma pedra, um verdadeiro monolito que só cuidava de colher café, de secar café, de beber café, de adorar o café. Se algum atrevido ousasse insinuar-lhe a necessidadezinha de plantar outras coisinhas, um mantimentosinho humilde que fosse, Mimbua fulminava-o com apostrofes. – O café dá para tudo. Isso de plantar mantimento é estupidez. Café. Só café (LOBATO, 1980, p. 107).

Pensamento esse que não devia somente à mentalidade atrasada dos fazendeiros, mas, também na confiança na política protecionista do governo que os ajudariam na baixa dos preços do café. Mesmo diante das evidências de uma política de desvalorização do produto interno os cafeicultores insistiam na monocultura cafeeira e, reclamava e culpavam o governo:

[...], Mas os preços, os preços. Uma infâmia! Café a seis mil réis, onde se viu isso. E ele que anos atrás o vendera a trinta! E o governo, santo Deus, que não protege a lavoura, que não cria bancos regionais, que não obriga o estrangeiro a pagar o precioso Grão a peso de ouro! (LOBATO, 1980, p. 105).

Diante do exposto, pode-se entender que, para Monteiro Lobato, os fazendeiros tinham a crença de que a cafeicultura ainda salvaria suas fazendas. Mas não apenas isso, os fazendeiros paulistas confiavam que o governo garantiria o preço do café no mercado internacional. Ou seja, a crítica de Monteiro Lobato recaía sobre a mentalidade atrasada dos fazendeiros e isto como sinônimo de atraso e empecilho ao desenvolvimento daquela região, como pode ser observado no final do conto “Café! Café!”, com a imagem do fazendeiro enlouquecido:

[...] O velho, possesso, dentes cerrados, surdo ao sol e a chuva, seminu, esfarrapado e macilento, baba a escorrer dos cantos da boca, torrado pela soalheira, sujo de terra, [...] O velho Mimbua estava um espectro sem carnes, só pele calcinada e ossos pontiagudos. Mas quando a boca se abria naquela barba hirsuta, o que vinha era uma coisa só: - Há de subir, há de subir, há de chegar a sessenta mil réis em julho. Café, café, só café!... (LOBATO, 1980, p.109).

Para Monteiro Lobato, os fazendeiros do Vale do Paraíba não acompanharam o liberalismo econômico e sem as intervenções do governo caíram em decadência promovendo a estagnação da economia da região.

7.2 A crise econômica do café e a decadência das cidades

Com “Cidades Mortas” Monteiro Lobato não só descreve as transformações pelas quais passaram as cidades do Vale do Paraíba, como mostra que a decadência destas cidades foi motivada também pela crise internacional que afetou o preço do café e junto a isso a inaptidão dos cafeicultores em lidar com a terra e outros de tipos de culturas.

Para Monteiro Lobato o avanço da produção de café pelo interior do Estado, o fim da escravidão, a não intervenção/proteção do governo, as insistências dos fazendeiros na produção cafeeira levaram a decadência as cidades da região do Vale do Paraíba, transformando-as em “cidades mortas”:

Umas tantas cidades moribundas arrastam um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas dantes. Grandezas essas representadas pelos casarões das famílias dos abastados fazendeiros de outrora, [...]. Erguem-se por ali soberbos casarões apalaçados de dois e três andares, sólidos como fortalezas, tudo pedra, cal e cabiúna, casarões que lembram ossaturas de megatérios donde as carnes, o sangue, a vida para sempre refugiram. “São os palácios mortos das cidades mortas (LOBATO, 1980).

O conto “Cidades Mortas” retrata bem a decadência econômica das cidades, provocada pela derrocada do café. As cidades após o declínio da cultura cafeeira, fizeram os jovens migrarem para outras regiões permanecendo somente a população mais velha, formando uma comunidade singular na visão de Monteiro Lobato:

Os ricos são dois ou três forretas coronéis de Biosa, com cem apólices a render no Rio, e os sinecuristas acarrapatados ao orçamento: juiz, coletor, delegado. O resto é a “mob”: velhos mestiços de miserável descendência, roídos de opilação e álcool, famílias decaídas, a viverem misteriosamente umas, outras, à custa do parco auxílio enviado de fora por um filho mais audacioso que emigrou. “Boa gente”, que vive de aparas (LOBATO, 1980, p.4).

Nesta descrição de Monteiro Lobato é possível perceber suas impressões sobre as cidades e os moradores desta, para ele, não seria mais possível o progresso das “cidades mortas”, e que elas seriam consumidas e abandonadas com o passar tempo.

7.3 A policultura como alternativa econômica

Para Monteiro Lobato, a policultura seria uma das alternativas para o progresso do país, na obra “Cidades Mortas” no conto “O luzeiro agrícola” ele aponta soluções para convencer os fazendeiros que ainda insistiam na monocultura cafeeira, através de lições pedagógicas que atingissem toda a sociedade, pois para ele, o conhecimento utilitário e pragmático, valorizando o conhecimento técnico, poderia alavancar o progresso do país ao incorporar a policultura no Brasil.

Ao mesmo tempo em que Monteiro Lobato enaltece a policultura, ele critica a burocracia e ineficiência do aparelho administrativo do governo, visto no seguinte texto:

O novo ministro era bacharel em ciências jurídicas e sociais, ex-chefe de polícia e tão entendido de agricultura como eu em arqueologia inca. Mas lera uns números de *Chácaras e Quintais* e ali abeberara de umas tantas noções sobre avicultura, policultura, criação de canários, etc. Fez dessas leituras seu programa. No discurso de apresentação, ao empossar-se ao cargo, emitiu os seguintes conceitos, louvadíssimos pelos circunstantes, empregados do Ministério quase todos e verdadeiros hortaliças em matéria agrícola (LOBATO, 1980, p.81).

O que se percebe diante do texto, é uma crítica ao sistema de governo onde as secretarias e repartições não cumpriam outra função que não fosse empregar os indicados por algum

político ou fazendeiro influente. Mesmo diante dessa crítica, ainda assim apontava a policultura como uma forma de levar o progresso às regiões do país.

Para Azevedo, et al, Monteiro Lobato não foi apenas um teórico de suas ideias, como fazendeiro tentou implantar novos métodos de criação e produção agrícola foi um defensor da modernização agrária com a recuperação e melhoria das terras através do adubo, da policultura. Ele lutava para o Brasil se tornar uma nação próspera para que todo o povo pudesse desfrutar do seu progresso e desenvolvimento.²⁵.

²⁵AZEVEDO, Carmem Lúcia de et al. **Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1997, p.205

8 MONTEIRO LOBATO E A EUGENIA

Lobato, lá pela metade do ano de 1919, estando à frente da *Revista do Brasil*, engajou-se na divulgação das atividades da Liga Pró-Saneamento do Brasil (LPSB) e de assuntos ligados à área médica durante anos a fio. Com suas afirmações ferinas, não poupava críticas à política republicana e ao precário estado de saúde do povo brasileiro. Utilizando-se dos conceitos de eugenia, naquela época ligada à ideia da superioridade racial e cultural européia, que nada tinha a ver com a eugenia nazista (com foco na biologia e manipulação genética), reforçava a necessidade do urgente saneamento do Brasil, da higienização dos sertões e da prevenção a sífilis, a tuberculose, a verminose e ao alcoolismo, pois eram fatores considerados degenerativos que contribuíam para o empobrecimento, a miséria e a loucura humana. A historiadora Pietra Diwan²⁶ mostra o histórico engajamento de Lobato junto à LPSB:

Em 1918 foi fundado a Liga Pró-Saneamento do Brasil (LPSB). Belisário Penna, Carlos Chagas, Arthur Neiva, Monteiro Lobato, Miguel Pereira, Vital Brasil e Afrânio Peixoto se uniram, mais uma vez, para discutir propostas que iam desde a centralização administrativa dos serviços de saúde até a implantação de projetos na área. (DIWAN, 2014, p. 100)

Esse seu envolvimento visceral com os propósitos da eugenia em solo pátrio vai marcar todo o seu idealismo patriótico e influenciar decisivamente sua produção literária, centralizando no famoso personagem Jeca Tatu toda a falibilidade e desinteresse republicano pelo saneamento do povo brasileiro. Assim Lobato identifica no seu Jeca, um ser deformado pela doença, o personagem central que pode ser melhorado pela eugenia. O Jeca, antes visto apenas como inferior e inapto, passa a ser vítima, um paciente esquecido por um governo omissivo e irresponsável que nada fazia por sua gente:

O conto “Urupês”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo em 23 de dezembro de 1914, cujo personagem principal é o Jeca Tatu, tornou-se um manifesto sobre a situação “degradante” em que, aos olhos de Lobato, se encontrava o sertanejo, “este funesto parasita da terra [...] seminômade, inadaptável à civilização”. (DIWAN, 2014, p. 101)

²⁶ DIWAN, Pietra. **Raça Pura - uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

8.1 A eugenia no mundo

Aperfeiçoar a raça humana, otimizando o seu poder de aptidão e adaptação, é prática existente desde a Antiguidade. A busca contumaz pela beleza física praticada pelos atenienses, a disciplina bélica dos exércitos espartanos, os procedimentos/rituais de circuncisão adotada pelos hebreus, dentre outros tantos exemplos que poderiam ser aqui mencionados, demonstram que as ideias de superioridade e pureza de determinados grupos vem sendo defendidas e efetivadas desde então.

Diwan assinala práticas entre as civilizações antigas para evitar a degeneração de seu povo através de regras higiênicas e rituais:

De acordo com os princípios morais e higiênicos dos judeus, registrados na Torá, a circuncisão feita no oitavo dia após o nascimento significa o ritual de inserção na comunidade do “povo eleito” quando afirma: “A mulher quando houver concebido e dado à luz a um filho homem, ficará impura sete dias [...] e ao oitavo dia será circuncidado na carne de seu prepúcio”. Para o povo judeu, o ritual de inserção no grupo representando pela circuncisão é tão importante quanto à descendência do sangue puro na afirmação de que só é judeu aquele que nasce de ventre judeu. Dessa forma, apesar do judaísmo ser uma religião, muitas das relações de seus adeptos são pontuadas pela linhagem de sangue (DIWAN, 2014, p. 23).

Na Idade Média, em que tudo se consubstanciava pelo poder divino, a defesa da superioridade dos cristãos promoveu a Inquisição no continente europeu, cruzadas contra os muçulmanos na Terra Santa e nas Américas, a dominação através da catequese dos indígenas.

Investigar a história da eugenia traz desconforto, pois nos obriga a lidar todo o tempo com o desprezo, a segregação e o desejo de controle de um grupo sobre o outro:

A Inquisição se instalou por toda a Europa sob o argumento religioso e perseguiu ciganos, judeus e mulheres acusadas de bruxaria que ameaçavam a Igreja Católica. A insegurança da Igreja quanto à diminuição de seus fiéis na Europa desde o nascimento do protestantismo e a incredulidade dos cientistas colocaram em xeque os dogmas religiosos vigentes em defesa de uma percepção de mundo mais humanizada e menos “celestial”. Assim, a Santa Sé apostou no proselitismo dos nativos do Novo Mundo submetendo uma enormidade de indígenas à fé cristã. Ameaçada, a religião católica queimou, torturou e envergonhou milhares de pessoas em nome de Deus. (DIWAN, 2014, p. 9)

Em outro momento histórico, a escravidão foi usada para justificar interesses político-econômicos e incrementar o modo de produção, gerando mais e mais lucros para os “senhores”

donos de escravos. A escravidão, sob a égide da eugenia, tinha como objetivo enaltecer a superioridade de um grupo em detrimento de outro:

Com a “coisificação” de negros e de diversas minorias dominadas e submetidas ao longo de vários séculos, no Brasil, a escravidão foi abolida tardiamente, perpetuando a dívida do país com a comunidade afrodescendente, que ainda tem muito a recuperar pelo sofrimento ancestral de suas famílias (DIWAN, 2014, p. 10).

Avançando no tempo, em pleno iluminismo, Jean-Jacques Rousseau, que via todos os homens iguais por natureza apesar das diferenças sociais, e Thomas Malthus, que criticava o crescimento vertiginoso das cidades na pós-Revolução Industrial, produziram concepções de fundamental importância para os pensadores eugenistas do século XIX.

Em 1859, Darwin concebia o evolucionismo, derrubando por vez a crença na origem mítico-religiosa do homem e, por volta de 1865, dezoito anos antes do nascimento de Monteiro Lobato, Francis Galton, considerado o pai da eugenia, esboçava os princípios da teoria eugênica publicando o trabalho *Hereditary Talent and Character* em que tratava do estudo estatístico do parentesco.

Em 1889, inicia-se a Primeira República no Brasil e no ano seguinte, 1900, já quase findando a adolescência de Lobato, as leis da hereditariedade ganhavam notoriedade através das pesquisas de Mendel. Descortinava-se, então, o século XX, com a aplicação de um darwinismo de cunho social, por meio do qual se consolidaria o racismo e o colonialismo europeu, utilizando métodos compulsórios e totalitários para obter o aperfeiçoamento humano. Era chegado o momento propício para o advento da eugenia enquanto ciência.

Em 1903, o biólogo americano Charles B. Davenport criava a primeira sociedade eugênica norte-americana: a Associação Americana de Reprodução, sediada em Saint Louis. Um ano após, em 1904, juntamente com Arthur Rücker, reitor da Universidade de Londres, Galton fundava o Escritório de Registros Eugênicos (ERO). Em 1907, nos Estados Unidos, implantava-se a primeira lei de esterilização.

A autora Pietra Diwan mostra um documento oficial da cidade de Chicago, que caracterizava as pessoas socialmente inaptas e que concorriam para a esterilização:

É socialmente inapto toda pessoa que, por seu próprio esforço, é incapaz de fazer o mesmo, por comparação, que as pessoas normais, não sendo um membro útil da vida social e organizada do Estado. [...]. As classes sociais dos inaptos são as seguintes: (1) os débeis mentais; (2) os loucos e os psicopatas;

(3) os criminosos e os delinquentes; (4) os epiléticos; (5) os alcoólatras e todos os tipos de viciados; (6) os doentes (tuberculosos, sífilíticos, leprosos e todos os tipos de doenças crônicas e infecciosas); (7) os cegos; (8) os surdos; (9) os disformes; (10) os indivíduos marginais (órfãos, vagabundos, moradores de rua e indigentes (DIWAN, 2014, p. 54).

Em 1912, um ano após o falecimento de Francis Galton, realizava-se em Londres o Primeiro Congresso Internacional de Eugenia. Como consequência imediata, a década de 1920 passava a representar o sucesso e o triunfo do eugenismo nos Estados Unidos. Magnatas importantes como Harriman, Rockefeller, Kellogg, Gosney e Osborn, passaram a investir maciçamente em projetos de eugenia, consolidando-a definitivamente como uma forte aliança entre o poder econômico, a ciência e legislação.

No final da década de 1930, explodia a Segunda Guerra Mundial e findava-se no Brasil a Primeira República. A Fundação Rockefeller, com o dinheiro da exploração e comercialização do petróleo, passava a financiar e apoiar projetos de eugenismo na França, na Suécia e na Alemanha. A eugenia passaria a ser associada ao nazismo e à eutanásia, culminando, durante a década de 1940, com o surgimento do neoeugenismo, baseado apenas nas pesquisas em defesa da reprodução assistida e da fertilização *in vitro*.

A partir de 1948, ano que Lobato faleceu, para não reavivar as práticas criminosas julgadas pelos tribunais de Nuremberg, os militantes eugenistas voltam-se para os estudos de população e genética, reorientando seus discursos para um admirável mundo de cunho apocalíptico-ecológico.

8.2 A eugenia no Brasil

Em 1889, oito anos após o nascimento de Monteiro Lobato, e início da Primeira República, os eugenistas nacionais apoiavam o desenvolvimento de políticas sanitárias e pregavam a extirpação de todos os resquícios de nossa miscigenação. Para tanto, deveríamos civilizar nossa herança indígena, roubada pelos portugueses, e branquear nossa herança negra, desprezada pela abolição da escravidão, em 1888.

Em 1897, durante a adolescência de Lobato, o termo eugenia circulava livremente pela área médica, dando respaldo à política republicana, inclusive com a realização de uma conferência na Academia Nacional de Medicina (RJ), intitulada Exame Pré-Nupcial.

A autora Pietra Diwan cita a atuação do médico toxicologista Agostinho José de Souza Lima, então presidente da conferência:

Pregando a eugenia da nacionalidade, propôs uma lei para tornar obrigatório o exame pré-nupcial e reclamando o impedimento legal para o casamento de tuberculosos e sífilíticos. Uma vez aprovada, esses doentes estariam impedidos de se casar e ter filhos (DIWAN, 2014, p. 93).

Em 1912 o nordeste brasileiro recebe uma expedição médica científica ligada ao Instituto Oswaldo Cruz com a finalidade de diagnosticar a situação epidemiológica da região para o desenvolvimento de medidas profiláticas. O relatório dessa viagem, mostra que o Brasil era um imenso hospital e muitas das ideias de saúde, saneamento e limpeza se desdobrariam a partir de sua publicação em 1916.

Em 1917, Renato Kehl, considerado o maior eugenista brasileiro, faz uma conferência na Associação Cristã de Moços de São Paulo abordando o tema eugenia. Em 1922, foi fundada a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) com o intuito de combater os fatores comprometedores da higiene da raça e a vitalidade da nação. Em 1925 se inicia a publicação dos Archivos brasileiros de hygiene mental e os trabalhos da LBHM que passaram a ser divulgados pela imprensa em âmbito nacional.

Em 1929 era lançado o *Boletim de Eugenia*, filiado à LBHM, com o propósito de divulgar correspondências com estudiosos de eugenia em todo o mundo, além de outras regiões do Brasil. A autora Pietra Diwan descreve o conteúdo do referido boletim:

O Boletim trazia mensalmente uma profusão de artigos e notas cujas fontes eram as mais diversas. Com tom erudito, boa parte do material publicado se referia a notícias, comentários e eventos ligados à eugenia em outros países e no idioma original. Além do Brasil, Espanha, França, Itália, Inglaterra e principalmente Alemanha e Estados Unidos estavam representados, assim como suas instituições. (DIWAN, 2014, p.112)

Em 1930, com o fim da Primeira República, a LBHM passa a defender abertamente a radicalização das ações “antidegenerativas”. O momento histórico e a oportunidade política passam a favorecer a defesa de práticas mais radicais como a esterilização.

Em 1938, Lobato prefacia o livro de Renato Kehl intitulado *Bioperspectivas*, estreitando uma relação de troca de correspondências que se dará até 1946, ou seja, dois anos antes de seu falecimento.

A partir de 1948, ano em que Lobato faleceu, Renato Kehl seguiu divulgando suas ideias eugênicas, mas reorientou seu discurso para a Psicologia.

8.3 A eugenia para curar um país de “Jecas Tatus”

O caboclo, personificado na figura de Jeca Tatu, é o personagem principal do conto Urupês. Originalmente publicado em 1914 na seção de reclamações do Jornal, O Estado de S. Paulo, o Jeca Tatu pode ser considerado o ponto inicial de observação feita por Lobato e principal motivo do seu envolvimento na causa eugênica nos anos seguintes para curar um povo doente²⁷.

Com os contos “Velha Praga e Urupês” ele aponta o que seria, em sua visão, uma das causas que assolavam a sociedade brasileira: o caboclo mestiço, personificado e estigmatizado na figura do Jeca Tatu²⁸, assim descrito por Lobato nestes contos:

Este funesto parasita da terra é o caboclo, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças (LOBATO, 1982, p. 141). Nada o esperta. Nenhuma ferrotoada o põe de pé. Social, como individualmente, em todos os atos da vida, Jeca, antes de agir, acocora-se. Jeca Tatu é o piraquara do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie (Idem, p. 147).

O Jeca Tatu de Lobato contradiz o tipo nacional de José de Alencar que como Rousseau idealizou um homem natural. Diferente do indianismo com Peri, Ceci e Iracema, o sertanista de Lobato é um selvagem real, grotesco e feio, anguloso e desinteressante.

Segundo Monteiro Lobato, o indianismo não desapareceu, evoluiu para um ‘caboclismo’ que, porém, não manteve o orgulho, a independência, a fidalguia, a coragem e a virilidade heróica de antes, pelo contrário, com o passar do tempo seus adjetivos caíram por terra. Esse modelo, idealizado do sertanista brasileiro, cederá lugar ao caboclo que não se apercebe do mundo e ficou acostumado a levar a vida de cócoras. Jeca Tatu é o caboclo típico que, para Lobato, é o fruto ruim da mistura de raças e dele surge um tipo fraco, indolente, preguiçoso, passivo.

Lobato descreve que para quem anda no interior do Brasil. será fácil reconhecer o caboclo, pelo seu modo de acorar, pouca conversa, vivendo de barganhar as coisas que a natureza lhe oferece como frutas ou artefatos feitos de bambu e madeira moleque ele leva para vender nas feiras, de vez em quando. Como morada, uma choça de sapé escorada aqui e ali,

²⁷AZEVEDO, Carmem Lúcia de et al. **Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1997, p.58

²⁸ Idem, p.60

como mobília uma esteira sobre a terra batida se faz de cama e para as visitas um tamborete de três pernas, na cozinha cuias, gamelinhas, um pote e uma panela de feijão, roupa uma no corpo e a outra para lavar, no mais uma imagem de santo na parede para protegê-los. Assim como seus avós e pais viveram, vive o Jeca Tatu, sem comodidade, sem vontade de progredir, para o Jeca nada vale à pena, pois se vive de qualquer jeito, tem desculpa para tudo, o que importa é a lei do menor esforço.

Para Lobato, a causa principal da preguiça do caboclo é a mandioca, pois ela não precisa de cuidados e o alimenta como um pão amassado pela natureza, e a cana que basta espremer para adoçar a vida do Jeca. Contrastando com essa vida de caboclo a opulência do vizinho, dono de suas próprias terras, desculpa que o Jeca usa para nada construir já que a terra em que vive não lhe pertence.

Mas o que o tira desse marasmo é a eleição, pois Jeca vota e ludibriado pelo governo se mantém fiel a este, tanto que o título de eleitor (diploma, diz o caboclo) é recolhido assim que ele vota. Pátria, nem sabe o que é, sabe que o mundo é grande, a guerra lhe dá medo, em caso de doença a mandinga, tem os curandeiros com suas rezinhas, assim como a crença no sobrenatural, Deus e os santos é que determinam tudo. Arte qual nada, o caboclo não cria nada, não canta, não sorri, não vive.

O Jeca é um tipo brasileiro sem nenhum tipo de educação, alheio a tudo que acontece no mundo, ignorante, sem perspectivas de uma vida diferente, representa ainda a ignorância do caboclo que acredita estar determinado a ser assim, mas Lobato nas entrelinhas deixa perceber que o caboclo/Jeca está assim por causa das condições que lhe foram impostas, na verdade o Jeca é mais uma vítima do descaso do governo.

Com “Urupês”, Lobato cria o estereótipo do caipira brasileiro, desmistifica o modelo belo, perfeito do indígena brasileiro de literatos como José de Alencar. O caboclo de Lobato nos mostra uma face da identidade cultural do Brasil, além de ser retratado como um homem rude, passivo, indolente, em meio à pobreza e sem nenhuma expectativa de melhorar e que já acostumou a esse modo de vida, à margem da vida social e política, pois, para o caboclo de Lobato, o dia mais importante da sua vida era quando ia votar, embora não saiba em quem apenas cumpre com as determinações do coronel.

Posteriormente Lobato reconhece que errou ao criticar o modo de vida Jeca Tatu. Segundo Lobato, a culpa era do governo que não fazia nada em termos de política sanitária para curar o pobre Jeca: *“Está provado que o que tens nas tripas é um jardim zoológico da pior espécie (...) tens culpa disso? Claro que não!* Lobato pediu perdão ao Jeca por ignorá-lo doente.

No entanto reconhece que o estereótipo criado por ele já havia criado raízes no imaginário popular e seu Jeca cristalizara-se entre o povo do modo original que ele o havia concebido. Matias Arrudão, um amigo de Lobato, já o havia alertado que o seu Jeca era fruto do seu ressentimento por seu fracasso como fazendeiro²⁹.

Com o personagem Jeca Tatu, Lobato apresenta a miséria e o atraso em que vivia o país e o descaso do governo com o Brasil rural. No livro “O Presidente Negro”³⁰ Lobato propõe como solução para o subdesenvolvimento da saúde do povo brasileiro a eugenia, que, segundo o autor, poderia ser a redenção para a recém-república brasileira. Ele aponta os três pesos mortos que sobrecarregavam o estado brasileiro em 1926: o vadio, o doente e o pobre. Ao invés de combater estes pesos mortos por meio do castigo, do remédio e da esmola, a solução seria: a eugenia para o primeiro, a higiene para o segundo e a eficiência para o último.

Lobato vai mais longe e cita textualmente todas as categorias que deveriam ser excluídas para tornar o estado eficiente, observa-se que a lista de Lobato é semelhante a lista do escritório americano de eugenia:

Os surdos-mudos, os aleijados, os loucos, os morféticos, os histéricos, os criminosos natos, os fanáticos, os gramáticos, os místicos, os retóricos, os vigaristas, os corruptores de donzelas, as prostitutas, a legião inteira de mal formados no físico e no moral, causadores de todas as perturbações da sociedade humana. (LOBATO, 1951, p. 213)

A eugenia era uma proposta discutida pelos intelectuais brasileiros durante a Primeira República, e que foi de certa forma implantada no Brasil, particularmente no período pós-Lei Áurea.

O livro “O Presidente Negro” de Monteiro Lobato, pode ser entendido como um manual prático de como implantar a eugenia e também um veículo importante de propaganda para divulgar as ideias eugênicas. O livro considerado pelo próprio Lobato como um romance de ficção resumidamente é a seguinte:

O contínuo Ayrton Lobo, sofre um acidente de carro e é salvo pelo senhor Benson, que o acolhe em sua mansão na serra de Nova Friburgo no Rio de Janeiro para ele se recuperar do acidente. Quando se recupera, o senhor Benson revela a ele ter inventado uma máquina capaz

²⁹AZEVEDO, Carmem Lúcia de et al. **Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1997, p.112.

³⁰LOBATO, José Bento Renato Monteiro. **O Presidente Negro**. São Paulo: Brasiliense, 1951.

de prever o futuro, “o porviroscópio”, e começa a revelar a ele os acontecimentos do futuro. O senhor Benson, um homem viúvo já em idade avançada, antes de morrer destrói a máquina, temendo que ela caísse em mãos gananciosas e que a usem para desequilibrar as forças da natureza. É por esse medo, e por nunca ter revelado isto a ninguém, com exceção de sua única filha Jane, que ele faz de Ayrton seu confidente, ressaltando que aquilo nunca deveria ser revelado a ninguém, pois ele (Ayrton) se passaria por louco.

Após a morte do senhor Benson, Ayrton, que se encantara com a sua filha Jane passa a visitá-la regularmente. Ela começa a lhe contar tudo de interessante que havia visto no futuro, particularmente no ano 2228, como a história de um homem negro que havia sido eleito presidente dos Estados Unidos neste ano.

Neste parágrafo, logo no início do livro, Lobato já dá um preâmbulo do seu pensamento através das palavras da personagem Ayrton: *“ponho-me às vezes a imaginar como seriam as coisas cá na terra se um sábio eugenismo desse combate à desonestidade por meio da completa eliminação dos desonestos. Que paraíso!”* (Lobato 1951 p.127).

A partir deste parágrafo é preciso fazer um relato mais detalhado da eugenia e das suas finalidades para explicá-la melhor: a eugenia foi criada por Francis Galton, que era primo de Charles Darwin, o famoso naturalista autor da teoria da origem das espécies. Baseando-se na obra do primo, Galton criou o conceito de eugenia, que seria a melhora das espécies através da seleção artificial. O primeiro livro importante para a teoria de Galton foi “Hereditary Genius”, de 1869, que demonstrava que um homem notável teria filhos notáveis.

Fica evidente que Monteiro Lobato, como intelectual que era, lia todas essas teorias e sonhava que elas fossem implantadas no Brasil, inclusive ele cita o nome de Francis Galton literalmente na página 211, pois considerava que o país só evoluiria se fosse aplicado o princípio eugênico preconizado por Galton. Sobre esta afirmação é preciso considerar a amizade de Lobato com o médico paulista Renato Kehl, fundador da LBHM (Liga Brasileira de Higiene Mental) e da CCBE (Comissão Central Brasileira de Eugenia). Em carta enviada ao amigo, Lobato revela toda sua admiração à eugenia:

Renato, tu és o pai da eugenia no Brasil e a ti devia eu dedicar meu Choque, grito de guerra pró-eugenia. Vejo que erreí não te pondo lá no frontispício, mas perdoai a este estropeado amigo. (...). Precisamos lançar, vulgarizar estas ideias. A humanidade precisa de uma coisa só: póda. É como a vinha. Lobato. (Diwan, 2007. p.106)

Lobato participava ativamente dessas sociedades eugenistas desde 1918, tendo sido um dos fundadores Liga Pró Saneamento do Brasil (LPSB), e podemos presumir que ele usou todo este vasto repertório de conhecimentos teóricos no livro. Em muitas outras passagens do livro Lobato faz apologia a eugenia e às benesses que ela traria ao mundo. Em outros trechos ele revela todo o seu desprezo pela raça negra dizendo ser o negro “*o erro inicial cometido na composição da população americana*” (Lobato 1951. p.206).

Todas essas colocações feitas por Lobato estão em sintonia com o que era divulgado sobre a eugenia no mundo na época. Apesar das teorias eugênicas não terem vingado no Brasil, ela foi implantada quase completamente em outros países. A historiadora Pietra Diwan no livro: “*Raça Pura - uma história da eugenia no Brasil e no mundo*”³¹ mostrou o caso singular da Argentina que foi “efetivamente o único país da América Latina a realizar totalmente o branqueamento racial.

Diwan mostra que outros países praticaram a eugenia, como o México e os países nórdicos. Porém, foi nos Estados Unidos, e não na Alemanha, ao contrário do que se pensa, que a eugenia foi mais organizada e desenvolvida. Nas primeiras décadas do século XX aconteceu um processo de esterilização em massa da população americana comandada pelo médico geneticista David Davenport que dirigia a *Eugenics Record Office* (ERO).

A autora também relata que a eugenia não é um fenômeno recente da humanidade e remonta deste a Grécia antiga e à cultura espartana, que já adotava medidas de seleção dos melhores guerreiros matando os recém-nascidos malformados. No livro Lobato também cita a cultura espartana, “*que matava no nascedouro as crianças defeituosas*” (Lobato 1951 p.211). Monteiro Lobato apontava com seu livro as vantagens que a eugenia traria para o Brasil. Seu livro seria uma proposta, ainda que de forma não oficial, para um Brasil que buscava uma identidade nacional e racial.

Os capítulos XI e XIV do livro são os que mais se atêm ao assunto da eugenia. Nestes capítulos a personagem Jane descreve a sociedade americana do futuro tal qual como Lobato imaginava que deveria ser o modelo a ser seguido pelo Brasil para se tornar um país moderno e eficiente. Estes capítulos se chamam: “O ano de 2228” e “Eficiência e Eugenia”. A partir da página 210 Lobato faz uma ampla defesa da eugenia que, para ele, seria a solução para livrar a sociedade de todas as monstruosidades produzidas na forma de ser humano.

³¹ Diwan, Pietra. **Raça Pura - uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

Lobato propõe a criação do “código da raça” para promover a esterilização de todos os malformados que prejudicam com a má progenia o futuro da espécie humana tal qual foi aplicado no futuro idealizado por ele em 2228. Outros princípios de eficiência viriam do organismo governamental, sendo que, a partir do que era visto no futuro, Lobato faz uma comparação com o seu tempo presente e, através da personagem, relata como era o Estado brasileiro em 1926: “*Fazer parte do estado é conquistar o direito á inação da piolheira vitalícia – dormir, apodrecer na sonolência da burocracia que não deseja não quer, não age –suga apenas*”.

Por esta frase da personagem podemos compreender como era o Estado e a república brasileira no início do século XX, um sistema político com os mesmos vícios da monarquia e que se arrastava sem nenhuma possibilidade de sucesso. As personagens do livro funcionam como um alto-ego de Monteiro Lobato e é através delas que o autor expressa suas opiniões sobre o Brasil e o momento social pelo qual passava a república brasileira no ano de 1926.

Esta era a sociedade eugênica que Monteiro Lobato sonhava para o Brasil, assim como muitos intelectuais e políticos brasileiros. Nas palavras de Jeff Lesser (2001): “*No século XIX, alguns intelectuais e políticos poderosos desejavam, como imigrantes, os europeus “puros”, que pudessem recriar o Velho Mundo no Novo*”.³²

O livro de Lesser nos revela que a identidade nacional brasileira foi formada da miscigenação de negros e índios brasileiros com os povos europeus, asiáticos e árabes que vieram para o Brasil melhorar a raça de acordo com pensamento intelectual e político da época. Mas para surgir esta nova identidade étnica brasileira a elite intelectual e política do início do século XX, citada por Jeff Lesser, irá propor a extinção de toda raça negra e de todos os seus descendentes retirados a força da África e escravizados no Brasil.

Este trabalho busca mostrar que Monteiro Lobato não era diferente desta elite brasileira e seu livro “O Presidente Negro” vem corroborar com esta teoria. Além da eugenia, tema principal abordado por Lobato no livro, outro tema muito controverso abordado no livro é o que diz respeito à raça negra.

No livro, além da eugenia, que seria uma prática médica-sanitária para melhorar a espécie humana Lobato também propõe a extinção da raça negra para que os humanos em geral possam evoluir geneticamente. Em uma passagem do livro um cientista inventa uma máquina de alisar cabelos que também esteriliza quem a usa: “*os raios de alisar cabelo (...) possuem*

³² LESSER, Jeff. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.

virtude dupla (...). Ao mesmo tempo em que alisam os cabelos (...) esterilizam o homem”(LOBATO,1951, p.317).

Para melhor entender o porquê de Lobato sugerir a extinção da raça negra neste livro é necessário contextualizar este assunto no Brasil do início do século XX. No final do século XIX, dentre muitas transformações que aconteceram, podemos destacar a que melhor aborda o referido tema, são as tendências que visavam à organização do desenvolvimento de uma nação.

Lilia Moritz Schwarcz em “O Espetáculo das Raças”³³ mostra que cientistas, políticos e intelectuais consideravam que a raça negra contribuía negativamente para a formação de uma nação pura, tal qual as nações européias que eram os modelos a serem copiados pelos brasileiros. Para Schwarcz o Brasil de muitas raças, entre elas a negra, era um entrave para a formação de um de país culto e moderno.

Segundo Schwarcz (1993) os representantes da elite brasileira, da qual Monteiro Lobato fazia parte, acreditavam e difundiam a ideia de que o Brasil só alcançaria o progresso e a modernidade se as raças aqui existentes evoluíssem, e evoluir na concepção deles era torna-se branco eliminando a raça negra, tal qual as nações européias. Conforme Schwarcz, o pensamento das elites da época era que se o Brasil continuasse gerando uma nação de mestiços seria um país sem futuro e jamais alcançaria os ideais de progresso e de civilização. Lobato, e seus pares contemporâneos, acreditavam que a mistura de raças heterogêneas era sempre um erro, e levava à degeneração não só do indivíduo como de toda a coletividade.

Sobre esse assunto Andreas Hofbauer³⁴, escreve que as influências para o surgimento destas teorias raciais no Brasil vieram da Europa: “*Um bando de ideias novas, que nascidas no além-mar atravessam o atlântico e aportaram no pensamento ilustrado brasileiro*”. Daí surge o “ideal branco” de homem brasileiro tendo como característica principal o imigrante europeu. Hofbauer (2006) diz que se difundiu no Brasil a necessidade de um processo de branqueamento citando intelectuais da época como, Silvio Romero e Nina Rodrigues, ambos defendiam a ideia do homem negro ser portador de características degenerescentes, e caso a população brasileira não passasse por um processo de branqueamento, o Brasil nunca poderia chegar a ser uma nação grande e gloriosa como as nações europeias.

³³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³⁴HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo. Editora UNESP, 2006

A partir do final do século XIX a ideia do branqueamento se transformou num argumento importante no discurso daquela parte da elite brasileira (políticos e cientistas) que queriam mudanças econômicas, mas, ao mesmo tempo, mostrava-se preocupada diante de qualquer mudança nas relações de poder estabelecidas.

Na Primeira República, a população branca, marginalizava a população negra tanto em seus pensamentos, como em suas intenções, como afirma Guracy Silveira em seu depoimento:

Penso que, se eu fosse preto, procuraria casar-me com moça de cor, um pouco mais branca, para ir melhorando as condições, de modo que meus filhos tivessem uma condição melhor. Como branco, entretanto, embora não tenha repugnância por moças com algum sangue negro, não acharia hoje razoável, casar-me com uma delas, pois creio que meus filhos não me perdoariam lançá-los ao mundo para sofrerem as humilhações da cor (FIGUEIREDO, 2002apud FREYRE, 2004, p.596)

Esta citação revela o alto grau de preconceito racial e discriminação social da sociedade branca em relação ao negro nesse período. O ideal de homem brasileiro para a nação após a Proclamação da República era o branco europeu. Portanto, há uma forte evidência de que o negro no Brasil era um empecilho para a formação da identidade nacional almejada pelos republicanos.³⁵

Monteiro Lobato, filho e neto de fazendeiros escravocratas, fazia parte de uma elite que sempre exploraram a mão de obra escravizada dos negros, e essa elite ao se verem sem esse privilégio resolveu que pessoas negras deviam ser “substituídas” por uma raça mais desenvolvida, ou simplesmente eliminados.

Apesar de toda a publicidade gasta no lançamento do livro “O Presidente Negro” de Monteiro Lobato em 1926, ele encontrou forte resistência às suas teorias entre seus leitores e não fez o menor sucesso à época do seu lançamento. Lobato sonhava em editá-lo no mercado norte-americano, mas recebeu um rotundo não do editor americano quando este foi apresentado por Lobato. Entre as muitas razões apontadas pelo editor a principal era que:

(...) o negro é um cidadão americano, uma parte integrante da vida nacional, e sugerir seu extermínio por meio da sabedoria e da capacidade superior da raça branca levaria a uma dissensão tão violenta no espírito dos leitores quanto faria conflito entre dois partidos políticos, ou duas religiões, em que um extirparia o outro. (AZEVEDO, et al.1997, p.205)

³⁵ FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. O negro no pensamento educacional brasileiro durante a primeira república (1889-1930). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.27, p.112 –126

A autora Marisa Lajolo, analisando os dois personagens negros, Tia Nastácia e Tio Barnabé do Sítio do Pica Pau Amarelo, diz que eles eram marginalizados e faz a seguinte pergunta: “*Se não havia lugar para os dois negros no sítio da Dona Benta como haveria lugar para eles no Brasil de Lobato*”?³⁶ No Brasil moderno idealizado por Lobato não havia espaço para os negros, pois estes eram considerados por ele, e por outros intelectuais da época, como uma raça inferior e como um empecilho ao desenvolvimento econômico e cultural brasileiro.

A eugenia narrada por Lobato nesta obra deve ser considerada como uma proposta real de Lobato para um país ideal sonhado por ele. Pelo menos a dicotomia de Monteiro Lobato, do ideal e do real, não se realizou. A nação eugênica ideal de Lobato por bem não vingou no Brasil. A eugenia real foi aplicada na Alemanha e se transformou em genocídio durante a Segunda Guerra, uma experiência que poderia ter acontecido aqui no Brasil, com consequências catastróficas, se as insanas teorias eugênicas prevalecessem.

As ideias eugênicas de Lobato e de outros intelectuais de sua época, não vingaram devido à resistência de médicos e legisladores e a eugenia não adquiriu espaço suficiente no Brasil para implantar políticas duradouras. A autora Pietra Diwan sintetiza o nível de consolidação do eugenismo brasileiro fazendo o seguinte relato:

Se o Brasil não adotou *ipsis litteris* as ideias de Francis Galton, é certo que incorporaram muitas delas. Mascarado sob uma cordialidade brincalhona, o Brasil não é exemplo de tolerância nem tampouco de igualdade social. Somos uma mescla. Somos um maravilhoso caldeirão de diferenças e multiplicidades espalhadas por um país que ainda tem muitas dívidas históricas com seu povo. É tempo de recuperar as lacunas de nossa trajetória. Encontrar o lugar na história da eugenia de tão ilustres intelectuais e cientistas brasileiros dessa “causa”. Renato Kehl foi deixado sozinho no centro da história da eugenia no Brasil e caiu no esquecimento com o passar dos anos. Resta-nos saber: quão eugenista é a nossa história? (DIWAN, 2007, p. 151).

³⁶LAJOLO. Marisa **A figura do negro em Monteiro Lobato**. 1998. Disponível em <http://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/outros/lobatonegros.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho nos permitiu visualizar alguns elementos históricos da primeira república, período em que o autor, Monteiro Lobato viveu. As leituras das obras que foram produzidas pelo autor durante a chamada Primeira República, possibilitaram compreender as crises socioeconômicas, políticas e culturais do referido período, bem como as alternativas propostas pelo autor para que o Brasil se tornasse um país próspero e moderno.

Os livros selecionados para análise deste trabalho, podem ser considerados dentre outros, aqueles que mais continham elementos de preocupação do autor com os rumos de uma nação recém-saída do regime monárquico, mas que, ainda buscava uma identidade para uma república incipiente. As obras “Cidades Mortas” e “Urupês” retratam um país arcaico e com uma economia estritamente baseada na cafeicultura, cuja elite formada por fazendeiros escravocratas, não conseguiam desenvolver outras formas de renda que não fossem apenas a baseada na lavoura de café. No conto “Cidades Mortas,” Lobato retrata a situação degradante provocada nas pequenas cidades do interior paulista quase abandonadas e arrasadas pela cultura do café.

Em “Urupês” surge o principal personagem na literatura inicial de Monteiro Lobato: O Jeca Tatu. Em sua análise inicial Lobato culpou Jeca Tatu pelo atraso do desenvolvimento da região, mas posteriormente reconheceu que Jeca, era mais uma vítima de um governo incompetente que nada fazia para tratar pessoas doentes como ele e que existiam aos milhares espalhados pelo interior do país.

Os contos escritos por Lobato presentes nestes livros retratam um interior, sobretudo paulista, extremamente atrasado e que, na visão do autor, necessitava urgente de uma diversificação em sua produção agrícola. Para Lobato, o café além de arruinar a economia dos grandes fazendeiros locais, pelos seus baixos preços nos mercados internacionais, também era nocivo à uberdade da terra pelo seu alto grau de desgaste que provocava nas terras onde era produzido.

Outro tema muito abordado por Lobato nestes livros, foi a questão dos coronéis que o autor considerava como um grande atraso para o sistema político da época. Na visão de Lobato, o coronelismo interferia no processo eleitoral tendo em vista que, comprava ou obrigava mesmo, os eleitores de uma determinada localidade a votar nos candidatos escolhidos por ele. Os coronéis que eram autoridades máximas das cidades interioranas, até mais que os chefes executivos locais, juntavam “rebanhos de eleitores” em “currais eleitorais” com seus agregados

e pessoas mais simples próximas a ele e os obrigava a votar em candidatos indicados por ele. Isto na visão de Lobato, fraudava os resultados das eleições, pois quem se elegia não era eleito pela vontade popular e sim pela vontade de alguém que conseguiria privilégios particulares de quem se elegeesse pelo seu mando. Para Lobato, esse sistema eleitoral vicioso acontecia por que o modo de votação empregado era de forma aberto, ou seja, o eleitor ao votar era obrigado a divulgar em quem votou.

Outro livro analisado neste trabalho e que também trata do assunto eleições, e retrata como Lobato via o sistema eleitoral brasileiro, é “América”, escrito no final da década de 30 quando Lobato serviu como adido comercial em Nova Iorque nos Estados Unidos. Neste livro, Lobato dedica dois capítulos para descrever a farsa da democracia brasileira e no capítulo final defende veementemente o voto secreto como votar para legitimar o sistema democrático republicano do Brasil.

Lobato lutou muito para que o voto secreto fosse aprovado pelo governo brasileiro, e por isso sofreu represálias e perseguições por parte do governo da época. Mas não só o voto secreto era defendido por Lobato, também era importante que quem votasse tivesse instrução e discernimento. Explicando melhor a teoria de Lobato sobre as eleições, é importante ressaltar que ele não considerava correto que seu voto tivesse o mesmo valor de uma pessoa comum e isto justificava porque as elites pensantes do país se afastavam do processo eleitoral. Para Lobato as pessoas comuns votavam nos candidatos indicados pelo coronel em troca de algum favor ou de algum presente, por exemplo, um chapéu ou uma dentadura nova. Para Lobato o Brasil deveria seguir o modelo americano de democracia, que em sua visão, seria o exemplo ideal a ser seguido pelo país.

Com isso, podemos concluir que Lobato, considerava o sistema eleitoral brasileiro extremamente atrasado. Para ele somente com a participação de eleitores cultos e a implantação do voto secreto no processo eleitoral, o Brasil conseguiria ser uma nação próspera e moderna, tal qual a americana dada por ele como exemplo a ser seguido pelos governantes brasileiros.

Outro livro usado neste trabalho é “O Presidente Negro”. Neste livro, escrito na época de seu lançamento como um romance futurista, foi na verdade usado por Lobato como propaganda para divulgar as ideias eugenistas que alguns intelectuais brasileiros tinham para melhorar geneticamente a formação racial brasileira. Lobato era ligado ao movimento eugenista brasileiro pela amizade que manteve durante muitos anos com o médico sanitarista Renato Kehl, um dos principais expoentes do eugenismo brasileiro, inclusive Lobato foi editor de um dos livros iniciais de Kehl sobre o assunto, “A Cura da Fealdade”. O eugenismo, segundo

o dicionário Michaelis é definido como uma: “Combinação de influências hereditárias e ambientais, mais apropriadas para melhorar as qualidades físicas e morais da raça humana”. As principais ações propostas pelos movimentos eugenistas brasileiros para alcançar seus objetivos eram: “descartar” os mal nascidos (aleijados e outras deformidades físicas e mentais), esterilização e castração química em pessoas consideradas inaptas para a reprodução, casamentos autorizados somente entre pessoas brancas e consideradas aptas para se reproduzirem e branqueamento racial. Os eugenistas acreditavam que essas ações aliadas a projetos sanitaristas que combateriam doenças simples como verminoses seriam capazes de formar uma raça sadia e soberana que estaria totalmente apta aos diversos trabalhos exigidos deles em sua ocupação na sociedade em que vivia.

Em suma, buscavam com a eugenia, indivíduos sadios que pudessem desenvolver totalmente sua força de trabalho em prol do seu país para que ele se tornasse próspero e moderno. Pode-se considerar que ao divulgar as teorias eugenistas, Lobato tinha como intenção curar os milhares de “Jecas Tatus” espalhados pelo país. A eugenia seria uma proposta abraçada por Lobato para curar o personagem lançado por ele em “Urupês” e somente a eugenia daria cabo a todas as doenças do pobre Jeca.

No referido livor, Monteiro Lobato foi além de divulgar a eugenia. Assim como outros intelectuais de sua época, ele considerava que a espécie humana só evoluiria se outras raças degenerativas fossem exterminadas. No livro “O Presidente Negro” Lobato expõe que a espécie humana só evoluiria se além de aplicado o princípio eugênico e também toda a raça negra fosse exterminada. Não é nenhum absurdo pensar que se poderia fazer um branqueamento racial em um país da América do Sul, visto que ele foi feita completamente na Argentina, conforme ilustra a autora Pietra Diwan que: “*Efetivamente, a Argentina foi o único país da América Latina a realizar o branqueamento racial total*”(Diwan, 2007. P.78). E esclarece que não foi de modo científico e pacífico, mas por meio da violência e do extermínio contra negros e indígenas com a conivência do governo e da elite branca do país vizinho.

Este trabalho nos permitiu observar que, Monteiro Lobato foi um intelectual que se preocupou muito com os rumos e o futuro do seu país. Usou aquilo que lhe era mais distinto, a literatura, para divulgar e cobrar dos governantes soluções que levariam o Brasil ao progresso e a modernidade. Sua estadia em Nova Iorque o fez radicalizar em suas propostas e cobranças aos governantes brasileiros e também com seus pares literatos pertencentes a intelectualidade brasileira.

Para Lobato, seus pares não estavam preocupados em melhorar o país e sim com “esnobismos”. Para ele, o Brasil teria um destino que será a “miséria econômica, física, biológica e moral da nossa gente” ³⁷, caso a eugenia e o branqueamento não fosse feito, não haveria espaço para o progresso e desenvolvimento.

Monteiro Lobato foi um homem do seu tempo, e pensava igual aos homens do seu tempo. Mesmo que suas obras sejam contextualizadas não há como negar que o grande escritor, das maiores obras da literatura infantil brasileira, escreveu também obras que pregavam teorias eugenistas e racistas com propostas de branqueamento e extermínio da raça negra brasileira.

Mesmo que se conteste e se questione, as novas gerações precisam saber que a gênese dos preconceitos e das discriminações aos africanos e seus descendentes ou seja, os negros trazidos a força da África e escravizados no Brasil, vem de uma elite branca, que no início do século XX pensou em diversas maneiras substituí-los pelos brancos, considerada por eles a única raça “saudável”, ou até mesmo exterminá-los.

³⁷Diwan, Pietra. **Raça Pura - Uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007. p.111.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria Morgado de; ANDRADE, Antônio de Argollo. **História de Taubaté através de textos**. Taubaté: Minerva, 1996.

AZEVEDO, Carmem Lúcia de et al. **Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1997, p.205

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CÂNDIDO, Antônio (org.). **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CAVALHEIRO, Edgar. **Monteiro Lobato. Vida e Obra**. 3.ed., São Paulo: Brasiliense, 1953, v. I

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo (orgs.). **A História Contada: Capítulos de História Social da Literatura**. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1998.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo (orgs.). **A História em Cousas Miúdas: Capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

DELFIN NETO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas. 1981 p.32

DIWAN, Pietra. **Raça Pura - uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de teoria da História**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. O negro no pensamento educacional brasileiro durante a primeira república (1889-1930). **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n.27, p112 –126

FIGUEIREDO, Ângela. **Novas Elites de Cor: Estudos Sobre os Profissionais Liberais Negros em Salvador**. São Paulo: AnnaBlume, 2002

GAY, Peter. **Represálias selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GUAZZELLI, César. Legitimidade e utilidade da história: canções, moinhos e outras coisas. In: GUAZZELLI, Cesar et al (orgs.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 325-336.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo. Editora UNESP, 2006

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

ILKA STERN COHEN. Diversificação e segmentação dos impressos. p.109. In: **História da imprensa no Brasil**. Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca, (organizadoras) São Paulo: Contexto, 2008.

LAJOLO, Marisa. **Monteiro Lobato: a Modernidade do Contra**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

LAJOLO, Marisa. **A figura do negro em Monteiro Lobato**. 1998. Disponível em <http://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/outros/lobatonegros.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

LANGLOIS, C. H. V.; SEIGNOBOS, C.H. **Introdução aos Estudos Históricos**. São Paulo: Renascença, 1946.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

LESSER, Jeff. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.

LIMA, Luiz Costa. **História, Ficção, Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LOBATO, José Bento Renato Monteiro. **O Presidente Negro**. São Paulo: Brasiliense, 1951.

_____. **Cidades Mortas**. São Paulo: Brasiliense, 1951.

_____. **América**. São Paulo: Brasiliense, 1951.

_____. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LUSTOSA, Isabel (org.). **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.

MENDES, Laura. **Monteiro Lobato e a Eugenia**. Disponível em: <http://historiabrvestec.blogspot.com/2010/10/monteiro-lobato-e-eugenia.html>. Acessado em 23 de junho de 2011.

NICOLAU, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. 2ª edição.

RAMINELLI, R. Lucien Febvre. No caminho das mentalidades. **Revista História**. São Paulo, n. 122, p. 97-115, jan/jul.1990.

RANKE, Leopold Von. **História**. Organização de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Ática, 1979.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 2ª edição.

SILVA, L. M. **Cidades mortas: o rural como sinônimo de atraso e decadência**. São Paulo, Plural:v.19.2, 2012, p.69-82.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Homem de ciência e a raça dos homens: cientistas, instituições e teorias raciais em finais do século XIX**. 1993, 94f. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo (USP), 1993.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo, AlfaÔmega, 1976.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VILARINHO, Sabrina. **Pré-Modernismo**. Brasil Escola. Disponível em <http://www.brasilecola.com/literatura/pre-modernismo.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2015.